



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
Departamento de Sociologia



Título:

Autonomia e Negociação nas Relações Conjugais: Estudo da Construção e Materialização de Modelo de Família igualitária entre Mulheres Jovens

Autor: Genito Zacarias Mateus

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Supervisora: Dinasalda De Ceita (MA)

Maputo, Julho 2015

Autonomia e Negociação nas Relações Conjugais: Estudo da Construção e Materialização de Modelo de Família igualitária entre Mulheres Jovens

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Genito Zacarias Mateus

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Supervisora: Dinasalda De Ceita (MA)

O júri

O Supervisor

O presidente

O oponente

Maputo, aos _____ de _____ de 2015

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas na bibliografia as fontes por mim utilizadas.

.....

Genito Zacarias Mateus

DEDICATÓRIA

Em primeiro lugar dedico este trabalho aos meus pais, (Zacarias Feliciano Eugénio Mateus e Sevane Incohequene) que tudo fizeram para que minha vida académica tomasse o rumo que tomou. Em segundo lugar dedico ao meu tio Virgílio Feliciano Eugénio Mateus que sempre esteve disponível para me apoiar nos momentos bons e momentos difíceis da minha formação académica.

AGRADECIMENTOS

Várias pessoas contribuíram de diferentes maneiras para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar gostaria de exprimir a minha enorme gratidão à Deus pai todo-poderoso pelo seu comprometimento com a minha vida e saúde. De seguida agradecer o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane que incansavelmente ajudou-me, pela diligência com que sempre tomou conta das minhas preocupações dentro do ambiente académico.

Os meus agradecimentos são também em especial em endereçados à minha supervisora Dra. Dinazalda De Ceita, pela paciência que teve em orientar-me ao longo deste percurso e por muito ter-me ensinado. As entrevistadas, pela recepção e disponibilidade prestada, o meu muito obrigado.

Agradeço os meus pais, meus irmãos, meu tio, meus primos especialmente Jerónimo e Izaquiel que sempre me apoiaram moralmente neste percurso. Especial agradecimento ao meu tio Herculano Feliciano Fernandes que em vida deu-me muita força moral.

Agradeço ainda aos meus colegas do curso de Sociologia, que durante todos estes anos compartilharam comigo o parecer em relação as coisas que nos rodeiam e as quais nós rodeamos. Em particular os colegas, Isac Guilengue, Ildo de Rosário, Celso Vilanculos, Ricardino Zamdamela a eles muito obrigado.

Lista de Abreviaturas

BM- Bairro de Mavalane

BH- Bairro de Hulene

RC – Relação conjugal

CO -Casamento Oficial

UF- União de Facto

NS -Nível Superior

ET - Ensino Técnico

Resumo

Realizamos este estudo com o objectivo de compreender a influência das relações de namoro vivenciadas pelas jovens casadas oficialmente e/ou que vivem em união de facto na projecção e construção de modelo de família, na qual pode dispor de espaços de autonomia e participação na tomada de decisão dentro da sua relação conjugal. Partimos do princípio de que o conhecimento acumulado ao longo das experiências das relações passadas de namoro, interfere nas formas como estas jovens vivenciam as suas relações conjugais presentes dentro das famílias que conseguiram construir. Abordamos, com recurso a entrevista semi-estruturada, um total de 13 mulheres jovens na cidade de Maputo, que até 2012 já tinham contraído matrimónio.

Para a interpretação da realidade destas jovens recorreremos a fenomenologia de Schutz na qual operacionalizamos os conceitos de estoque de conhecimento e trajectória social. Este quadro teórico possibilitou-nos atentar para as especificidades das entrevistadas, considerando os sentidos presentes, os constrangimentos enfrentados e os arranjos feitos para a realização do modelo de família construído antes de viverem conjugalmente. Usamos o método qualitativo que conduziu-nos a escolha de métodos e técnicas igualmente qualitativas.

Observamos que as jovens mulheres vivenciaram nas relações de namoro antes da construção da família, experiências de participação igualitária assim como desigual. Não obstante, projectaram, todas, uma família na qual teriam uma participação equitativa com seu parceiro com vista a exercerem a sua autonomia. Contudo, a prática fez com que algumas mulheres considerassem frustrados os seus interesses e outras assumissem que alcançaram resultados positivos com recurso ao diálogo e a satisfação dos desejos do parceiro. Inferimos que as experiências de namoro vivenciadas nas relações passadas levam as jovens a projectar um modelo de família igualitária quanto a participação e autonomia. Deste modo, o quadro fenomenológico permitiu-nos não só olhar para as experiências das jovens dentro de uma lógica sequenciada desde o passado ao presente, como compreender as situações concretas de cada mulher, valorizando assim a sua própria perspectiva.

Palavras-chave: Relação conjugal; Autonomia; Família; Mulheres Jovens.

Abstract

We did this study with the objective of comprehending the influence of the relationships of love between married youth and those living maritally in the projection and construction of the model of family in which they can have space for autonomy and decision making within the marital relations. As a starting point, we based on the principle that the knowledge accumulated during the love stage before getting into marital status interferes in the way those youth lives their present marital relations within the families they have built. We approached, through semi-structured interviews, a total of 13 women in the youth age living in Maputo City, which down to 2012 had already contracted matrimony.

To interpret the reality of those youth we ran back to Schutz Phenomenology in which we operationalized the concepts of knowledge stock and social trajectory. This theoretic base made possible for us to pay attention to the specificities of the interviewees, considering the present, the constraints faced and the arrangements made to the realization of the model of family that they built (idealized) during the love stage before living maritally. We used the qualitative method, which drove us into choosing methods and technics equally qualitative.

We observed that the women had experiences of equality and inequality in participating during the love stages before the marital union. However, all of them had projected a family where they could have an equal degree of participation with their partners in order to live their autonomy. On the other hand, the reality (practice) caused some of the women to consider their interests frustrated, and others assumed to have acquired positive results by dialoging and satisfying partner's desires. We inferred that the love experiences had in the relationships previous to the marriage/marital union lead the women to project a model of family that includes equality in what concerns participation and autonomy. In this way, the phenomenological framework has permitted us not only to look at the women's experiences within a sequenced logic from the past up to the present, but also understand the concrete situation of each woman, thus valuing their own perspectives.

Key-words: Marital relations; Autonomy; Family; Youth women.

Índice

| | |
|---|------|
| Declaração..... | iii |
| DEDICATÓRIA | iv |
| AGRADECIMENTOS | v |
| Lista de Abreviaturas | vi |
| Resumo | vii |
| Abstract..... | viii |
| Introdução | 11 |
| 1. Revisão da literatura | 18 |
| 2. Enquadramento teórico e conceptual | 27 |
| 2.1. Definição e operacionalização dos conceitos | 29 |
| 2.1.1. Relação conjugal..... | 29 |
| 2.1.2. Autonomia..... | 30 |
| 2.1.3. Família | 31 |
| 3. Metodologia | 33 |
| 3.1. Método de abordagem..... | 33 |
| 3.2. Método de procedimento | 34 |
| 3.3. Técnicas de recolha de dados..... | 34 |
| 4. Apresentação, análise, interpretação e discussão dos dados de campo | 36 |
| 4.1. Perfil sócio-demográfico das mulheres entrevistadas..... | 36 |
| 4.2. Experiências relativamente a relacionamentos antes da união conjugal | 38 |
| 4.2.1. Relações de namoro de participação desigual | 38 |
| 4.2.2. Relações de namoro de participação igualitária..... | 44 |
| 4.3. Modelos de famílias projectados pelas jovens..... | 46 |
| 4.3.1. Família nuclear baseada em relações igualitárias | 47 |

| | |
|--|----|
| 4.4. Materialização do modelo de família construído..... | 51 |
| 4.4.1. Recurso ao diálogo..... | 51 |
| 4.4.2. Recurso ao agrado do parceiro..... | 53 |
| Considerações finais | 57 |
| 5. Referências bibliográficas..... | 59 |
| Anexos | 64 |

Introdução

O presente estudo, insere-se na discussão em torno da igualdade de género e procura explorar a forma como as mulheres jovens projectam a sua família e constroem espaços de sua autonomia e negociação na sua relação conjugal com vista a uma relação igualitária com o seu parceiro. Incidimos sobre a faixa etária das jovens (25-35) anos de idade, seguindo a tendência na qual encontramos mulheres jovens constituindo famílias. Como afirma Nascimento (2009), nas sociedades contemporâneas os jovens transitam muito cedo, antes mesmo de completar 17 ou 18 anos idade, para a fase adulta construindo sua própria família.

Nem sempre, em todos períodos históricos, as mulheres constituíram uma categoria de estudo dentro da produção académica, tendo ficado relegadas a marginalização. De acordo com Santos (2009, p. 58), *“as abordagens dos trabalhos académicos durante muito tempo excluíram a presença feminina, inviabilizando a sua participação, colocando-as como passivas e condicionadas às atribuições ideologicamente e sócio-culturalmente construídas, e que por sua vez se materializavam em práticas sociais de opressão.”*

Foram os movimentos e as abordagens feministas que buscaram a desconstrução dos papéis sociais, primeiro na história das mulheres e mais tarde na categoria da análise de género. Sanara, Sohiet e Matos (1997) afirmam que *“a expansão dos estudos sobre a mulher vincula-se a uma redefinição do político até o deslocamento do campo do poder das instituições e do Estado para a esfera do privado e do quotidiano”*.

Para Santos, (2009, p. 61) *“A expansão dos estudos que incorporam a mulher e a categoria analítica género na historiografia é um fenómeno recente, e estão relacionadas a uma dada conjuntura: de lutas, a inserção no mercado de trabalho, aos movimentos feministas, numa conquista do espaço público e também da crise de paradigmas tradicionais da escrita da história, evidenciando a necessidade de novas perspectivas que dessem conta do conjunto das relações humanas”*.

O encontro entre a intelectualidade e os movimentos feministas perfaz a história da construção da mulher como categoria de análise na produção académica. Em Moçambique o processo não foi diferente. Mas, é importante afirmar que a participação activa da mulher já se dava mesmo

antes de haver a preocupação em a compreender. Hoje é vasta a literatura existentes em Moçambique sobre a questão da mulher e do género (Tevedten, Paulo & Montserrat, 2008; Teles, 2009; Mariano, 2009, Bergh-Collier, 2007), não obstante esta não é ainda suficiente para revelar de forma profunda a realidade dentro da qual as mulheres se encontram inseridas no contexto nacional e internacional.

Este estudo é um esforço académico de compreender e de forma descritiva e explicativa a realidade dentro da qual a mulher se encontra, tendo como base um espaço no qual ela se viu durante muito tempo confinada, que é o campo privado ou a família, pois esta instituição assistiu durante as três últimas décadas profundas transformações no que diz respeito a sua constituição e divisão de papéis.

De uma forma geral, podemos agrupar a literatura sobre a materialização dos princípios de igualdade de género em duas grandes correntes. A primeira é representada por autores como Andrade e Solteira (2013), Andrade (2006), Machel et al (2008) e Aboim (s/d) que defendem que as políticas e programas virados para a promoção da igualdade de género, está a quem de garantir que estes sejam efectivamente materializados, pelo que as mudanças até então conseguidas não alteraram em nada as relações desiguais entre homens e mulheres.

Esta perspectiva reduz a nada os esforços realizados, afirmando conservam intactas as estruturas que sustentam as desigualdades de género, cuja as mudanças é que poderiam ter um poder significativo. Por outro lado estão autores como Mariamo (2009), Chipenembe (2009), Capurchande (2009) e Loforte (2004) cuja abordagem consiste em defender que não obstante haver muita realidade por se transformar no que tange a busca da igualdade de género, não pode-se deixar de sublinhar que algumas conquistas foram alcançadas como é o caso da entrada da mulher no mercado de trabalho.

Alguns destes estudos foram realizados a nível nacional, sendo existe o reconhecimento de alguns avanços quanto a participação das mulheres, isto é, a nível de Moçambique os estudos identificados situam-se na segunda abordagem das duas apontadas nos parágrafos anteriores.

Tanto numa como noutra abordagem das duas apontadas anteriormente, a que defende o avanço na conquista de espaço por parte das mulher e a que defende que pouco se fez para a promoção da mulher, se reconhece a existência de um distanciamento entre o que se pretende que seja e o

que as coisas realmente o são. Este desfasamento leva e justifica a construção da mulher como categoria importante para que seja o objecto de estudo deste trabalho, não como forma de apenas redireccionar o dever ser da mulher de modo que distancie cada vez menos do ser tradicional da mulher, mas sim como forma de explorar os esforços da mulher nesse sentido com vista a escapar dos paradigmas impostos pela sociedade. Isto é, hoje, o papel mulher com base nas convenções e seu direito, ela pode ser actor capaz de construir a si como uma agente participativa e activa no processo de mudanças e decisão no diálogo intraconjugal.

Vemos hoje que a questão da igualdade de género está na agenda internacional e nacional, constituindo um dos principais focos de intervenção de políticas e programas de promoção da equidade social. Acerca desta questão muito já se foi dito e muitos estudos já foram desenvolvidos, contudo, as dinâmicas das sociedades, a sucessão de gerações, a relação entre países e a capacidade de construção e transformação dos actores sociais faz com muita coisa fica por se dizer e muitos estudos ainda ficam por se realizar. Ao inserir-mo-nos nesta questão da igualdade de género, olhamos para as mulheres jovens que tenham contraído matrimónio com o intuito de analisar a forma como estas projectam a sua família e a procuram materializar tendo como base a busca da igualdade de género na sua relação conjugal a partir de espaços de exercício de sua autonomia e negociação da sua relação conjugal.

O nosso estudo foi desenvolvido na cidade de Maputo em dois bairros, especificamente Hulene e Mavalane. Não existiu nenhuma razão em especial para que trabalhássemos com mulheres jovens destes bairros, apenas deixamo-nos guiar pela selecção da amostra, sendo que constatamos que as entrevistadas encontravam-se a residir nestas localidades. Incidimos sob o período que foi de 2012 a 2015, isto é, trabalhamos com mulheres jovens que tenha contraído matrimónio em 2012 e que até 2014 encontravam ainda nas suas famílias constituídas, que permitiu considerar experiências de materialização de princípios de igualdade no intervalo de 3 anos.

Quanto ao universo populacional, no estudo procurámos trabalhar com mulheres jovens que tenham contraído matrimónio no período anteriormente delimitado, procurando diversificar do ponto de vista do seu nível de escolaridade, pois acreditamos que de certo modo esta variável pode influenciar na forma como estas mulheres lhe dão com a questão da igualdade de género.

Os estudos discutidos neste trabalho que tenham sido realizados em torno das relações de género assumem dois sentidos. O primeiro caminho é de estudos como de Andrade e Solteira (2013), Andrade (2006), Machel et al (2008) e Aboim (s/d), que defendem que as relações de género continuam sendo dominadas por desigualdade sociais entre homens e mulheres, sendo ainda as mulheres subalternas independentemente das mudanças que vêm ocorrendo. O segundo caminho é representado por estudos como Tvedten, Paulo e Montserrat (2008), Teles (2009), Mariano (2009), Chipenembe (2009), Capurchande (2009) e Loforte (2004), que reconhecem os efeitos dos programas e políticas implementadas, não obstante afirmarem que ainda há muito que fazer, pois persistem zonas de reprodução de desigualdades entre homens e mulheres.

Podemos verificar assim que os dois caminhos, não obstante terem pontos de partida diferentes, assumem que ainda persistem as desigualdades baseadas nas relações de género. Contudo, é importante atentar para o aspecto trazido no estudo da Capurchande (2009) ao afirmar que as mulheres têm a capacidade de mobilizar recursos que são usados como estratégias de criação de espaços de participação nos quais procuram equiparar o poder e as oportunidades contra todas imposições da estrutura sociocultural patriarcal.

Esta realidade constatada por Capurchande (2009) possibilita-nos assumir o pressuposto de que na realidade moçambicana as mulheres estão cada vez mais conscientes da sua capacidade e necessidade de tomar as rédeas da construção da igualdade de género, pois a sua posição passiva só permite a reprodução da ordem social caracterizada pela desigualdade. Olhando especificamente para o foco deste estudo que é a construção de uma relação conjugal na instituição familiar, os estudos de Machel et al (2008) e de Aboim (s/d) nos dão uma ideia da construção da autonomia das mulheres neste espaço. O primeiro defende que o nível de estruturação influencia na forma como a mulher constrói o espaço do exercício da sua autonomia, como vimos ao longo da revisão da literatura que fizemos, e o segundo que a percepção sobre o romantismo é que leva a mulher a abrir mão ou defender os espaços do exercício de sua autonomia nas relações conjugais.

Não só reconhecemos a validade dessas constatações como também partimos delas para explorar algumas dimensões que nos aparecem como não exploradas e desde aí expondo suas limitações. Os estudos de Machel et al (2008) e Aboim (s/d) foram desenvolvidos junto de mulheres mais velhas com uma larga experiência dentro das relações conjugais, sendo que os espaços do

exercício da autonomia foram construídos e desconstruídos ao longo do tempo, de um lado, do outro não revelam as bases a partir das quais são construídas as percepções sobre as conjugalidades. Consideramos ser importante não descorar da consideração de que os indivíduos são uma situação biográfica e vivencia suas experiências a partir de experiências passadas como nos faz saber Schutz (1979), sendo esta ideia um espaço comum dentro do conhecimento sociológico. Porém, o importante é aferir como é que as experiências passadas influenciam na construção da conjugalidade, assim como na negociação da sua autonomia dentro da família.

Olhando especificamente para mulheres jovens casadas oficialmente ou em união de facto, procuramos responder a seguinte questão de partida: *que factores contribuem na materialização dos princípios das igualdades de género nas famílias construídas por mulheres jovens?*

Adoptamos como *hipótese*, a ideia segundo a qual: as estratégias adoptadas por mulheres jovens influenciam na materialização dos princípios de igualdade de género nas famílias projectadas e construídas pela esta camada social.

Assumimos ser relevante estudar a questão da construção da família tendo como base a questão do género, pois a experiência profissional do investigador e posicionamento perante a ciência e o mundo em que vive, ofereceram premissas para a compreensão da realidade com a qual deparamos no estágio profissional que teve lugar no Ministério da Mulher e Acção Social, onde tivemos contacto com diferentes famílias jovens, com diferentes configurações quanto a autonomia da mulher e quanto a negociação da relação conjugal com seu parceiro, pelo que, chegamos a conclusão de que Moçambique acolhe diferentes modelos de família construídas por mulheres e homens jovens. Deste modo, sentimos a necessidade de compreender efectivamente a construção deste tipo de família, incidindo especificamente para a perspectiva das mulheres jovens.

Nesse sentido o estudo mostra-se relevante para a Sociologia pois as relações de género são algo que vai muito além do que juntar homens e mulheres ou colocá-los em igualdade só por colocá-los. Sabemos que inúmeros são os obstáculos que interpõem no caminho rumo à sociedade igualitária em termos de género, dentre eles destacam-se: a educação diferenciada que leva as mulheres a aceitarem ocupar posição secundária na sociedade; oportunidades desiguais de participação política e em todas as esferas; reprodução de valores masculinos dominantes pela

família, pela escola, pela religião, pelos meios de comunicação, pelos livros didáticos e literários. (Alves & Corrêa, 2009)

Portanto, não é uma mudança apenas racional, pois mexe com as emoções, com relações sociais investidas, além de incidir nas estruturas institucionais. Logo devemos estar atentos tanto para as nossas atitudes, quanto para a nossa linguagem, procurando perceber e compreender a questão do sexo que, na maioria das vezes, como afirma Foucault (1988), carrega e institui outros assuntos com os quais tem relação. Neste sentido, é que podemos pensar na busca de uma sociedade igualitária.

O objetivo geral que orientou a realização do estudo foi o de compreender os factores que influenciam na materialização dos princípios de igualdade de género nas famílias projectadas e construídas por parte de mulheres jovens. Quanto aos *objetivos específicos*, buscamos: descrever o perfil sociodemográfico das mulheres jovens casadas oficialmente ou em união de facto; descrever as experiências em relacionamentos de namoro antes da união conjugal; identificar os modelos de famílias projectadas pelas jovens casadas ou em união de facto; identificar as estratégias de construção de espaços de autonomia e participação na tomada de decisão dentro da relação conjugal.

A perspectiva sociológica, através da fenomenologia de Schutz (1979) oferece um quadro teórico que permite olhar para a mulher não só como um actor, mas também como alguém capaz de vivenciar suas experiências de forma racional e significativa, sem que se reduza a reprodução dos imperativos institucionais. É neste sentido, que no trabalho que pretendemos desenvolver recorreremos a fenomenologia para compreender as experiências individualizadas das mulheres.

Decorrente da perspectiva teórica, adoptamos uma abordagem metodológica inteiramente qualitativa a partir da qual incidiremos sobre os significados construídos e atribuídos pelas mulheres as suas experiências. Dentro desta abordagem recorreremos a indução e a redução fenomenológica como métodos de abordagem e procedimento respectivamente. Como técnica de recolha de dados temos as entrevistas semi-estruturada direccionadas para as mulheres que se encontram casadas ou vivendo em união de facto. Estas mulheres foram localizadas com recursos a técnica de bola de neve seleccionadas por uma amostra convencional.

Ao longo deste trabalho apresentamos estes e outros pontos que serão detalhadamente discutidos. No que diz respeito a organização do nosso documento, para além desta introdução, onde temos a delimitação do tema e o delineamento do enfoque do estudo, ele apresenta a seguinte estrutura: no capítulo I, apresentamos a revisão da literatura e a discussão de alguns autores que tratam da questão do género, o que de certa forma nos ajudou na formulação do problema de estudo e no levantamento de hipótese e variáveis. No capítulo II, apresentamos o quadro teórico e conceptual do estudo. No capítulo III, apresentamos os aspectos metodológicos que orientaram a presente pesquisa nas suas diferentes fases. No capítulo IV, apresentamos análise, interpretação e discussão dos dados de campo. Na fase final do trabalho trazemos as considerações finais, fechando, deste modo, com as referências bibliográficas.

1. Revisão da literatura

Procedemos nesta parte do trabalho com a revisão da literatura a partir de estudo que tenham sido desenvolvidos em torno da igualdade de género em diferentes realidades. O objectivo desta secção é, para além de ter um conhecimento sobre o que já tinha sido escrito em torno do tema que pretendemos explorar, situar o nosso estudo neste debate e construir uma base de modo a construir a nossa problemática e nossa pergunta de partida.

Como forma de realizar uma discussão e exposição organizada começamos por trazer estudos do âmbito internacional, onde destacamos, Andrade e Sobreira (2003), Andrade (2006), Machel, Marques e Torres (2008) e Aboim (s/d).

Andrade e Sobreira (2003) no seu estudo *Igualdade de Género no Exercício da Profissão de Relações Públicas: Estudo exploratório com estudantes de comunicação organizacional*, onde procuravam analisar as implicações da presença da mulher no mercado do trabalho, considerando como uma iniciativa para a promoção da igualdade de género. Para o efeito foram estudadas as percepções de estudantes sobre a igualdade de género nos futuros ambientes profissionais.

Neste estudo, Andrade e Sobreira (2003) partiram do pressuposto do potencial da existência de diferenças de género nas percepções relativas às questões de igualdade de género no contexto laboral para a profissão de relações públicas. Contudo, os resultados evidenciam um posicionamento diferenciado dos estudantes de acordo com o género.

Foi documentado que as gerações mais jovens evidenciam, em geral, atitudes e representações tendencialmente igualitárias para os vários papéis de vida, no qual se inclui o papel profissional. Apesar desta realidade, e no que refere a estudantes universitários, os autores chamam atenção para o facto de se identificar um distanciamento relativo, ou as potenciais expectativas positivas com que os estudantes analisam a sua futura inserção profissional leva-os, por vezes, a considerar os modelos mais desejados e valorizados por uma sociedade que se pretende progressivamente mais igualitária. Contudo, esse optimismo pode ser indicador de falta de consciência activa das desigualdades em função do género que poderão surgir no momento em que ingressam no mercado de trabalho (Andrade, 2006).

Num estudo desenvolvido no âmbito do género, mais especificamente nas relações conjugais, com o título *Trabalho, família e género*, Machel, Marques e Torres (2008) tinham como objectivo apresentar resultados de um estudo virado para a relação entre família, género e políticas sociais, incidindo sobre as transformações europeias numa perspectiva comparativa. Falando especificamente da conjugalidade as autoras afirmam que a percepção que os indivíduos têm dela influencia na forma como os cônjuges vivem, isto é, pode consolidar e fortalecer a relação ou união de facto, no momentos em que os dois (marido e mulher) pretendam e desejem ter mais tempo com o parceiro e que isto signifique uma vida de qualidade a dois.

Nesta óptica, Machel et al, (2008, p. 16) referem que “*os indivíduos que sentem a sua liberdade condicionada ou saturada com as responsabilidades profissionais, familiares e parentais, mais facilmente expressam necessidade de ter o seu tempo e o seu espaço, desejando ter mais tempo para si, o que não invalida o desejo simultâneo, nalguns casos, de continuarem a passar muito tempo com o cônjuge e a família*”

Podemos ver a partir das constatações destes que subjaz a ideia de que o casamento, na sua conjugalidade limita os espaços de liberdade e autonomia dos indivíduos pelo que estes podem pautar por um modo de vida individual no qual podem gozar de suas liberdades. É importante trazer a ideia de Machel et al (2008) segundo a qual as mulheres operárias são que se sentem mais satisfeitas com o casamento, pois depois de algum tempo ocorre a desinstitucionalização da posição desigual dos papéis ao passo que as mulheres dos níveis técnicos e superiores se mostram mais e rapidamente saturadas.

Nesta ordem de ideias o nível de escolaridades dos cônjuges aparece como uma variável que condiciona o nível de satisfação correlação ao casamento, assim como as possibilidades de transformação na estrutura familiar no sentido da desinstitucionalização dos papéis desigualmente distribuídos entre homens e mulheres.

Trazemos, ainda, para esta revisão o estudo de Aboim (s/d) com o tema *Emoções e rotinas: a construção da autonomia na vida conjugal*, que tinha como objectivo identificar as formas específicas de construir a autonomia na vida a dois por parte das mulheres com idade entre os trinta aos quarenta anos. O pressuposto deste estudo é que existe uma articulação entre as orientações amorosas femininas (podem, afinal, viver-se na conjugalidade diferentes sentimentos:

a paixão, o amor, a amizade, etc.) e as maneiras como as mulheres conceptualizam e vivem (ou não) na prática, a sua autonomia face à instância conjugal, face ao “nós-casal”.

Neste trabalho a autora apresenta uma relação entre as orientações amorosas muito apaixonadas e os estilos de funcionamento conjugal fortemente fusionais, em que as instancias da autonomia da pessoa e discursivamente minimizada pelas mulheres. Deste modo, as mulheres tendem a abrir mão de sua liberdade em abono de uma relação apaixonante, o que nos leva a breve inferência de que a autonomia é inversamente proporcional com a intensidade do envolvimento amoroso. Esta relação fusional, designada de aliança “romântica” por Aboim (s/d) conduz a relação onde há “diferenças de género entre o masculino e o feminino: diferenças de responsabilidades, de competências e de tarefas, mas também de identidade e aspirações”.

De acordo com Aboim (s/d), uma segunda articulação que se pode fazer é entre uma valorização da amizade menos romântica e menos fusional e estilos de funcionamento capazes de abrir campo para a expressão de autonomia pessoal. Trata-se tanto de uma fusão conjugal baseada na complementaridade de género, como de autonomia pessoal fabricada dos espaços e poderes específicos tradicionalmente atribuídos às mulheres.

Discutimos até então estudos desenvolvidos no âmbito internacional sem nenhuma pretensão de os esgotar o que seria muito ambicioso para os objectivos deste trabalho, passamos agora a discutir os estudos realizados no âmbito nacional. Assim, neste âmbito trazemos e destacamos os trabalhos de Tvedten, Paulo e Montserrat (2008), Teles (2009), Mariano (2009), Chipenembe (2009), Capurchande (2009) e Loforte (2004).

Começamos por estudo de Tvedten, Paulo e Montserrat (2008) que desenvolveram em torno do tema *Políticas de género e feminização da pobreza em Moçambique*, onde tinham como ponto de partida a ideia segundo a qual recente “simplificação” ou “essencialização” das políticas de género, grandemente impulsionadas pelas agendas internacionais, implica o risco de desenhar políticas que não entram em acordo com as realidades nacionais económicas e sócio-culturais.

Neste estudo, constataram que não obstante Moçambique ser um país signatário de todos os acordos internacionais relevantes sobre igualdade de género e o empoderamento da mulher ser uma parte integrante da estratégia do país para a redução da pobreza, o impacto da política sobre estas questões sofreu pela ordem sócio-cultural patriarcal fortemente enraizada, fraca

implementação dentro das instituições e da política dominante de ‘integração de género’ – que efectivamente pulverizou a responsabilidade e fez das questões de género uma questão ‘transversal’ sem compromisso tanto para o governo como para os doadores. Tvedtenet al (2008, p. 7).

Apesar de terem chagado a estas constatações, os autores chamam atenção para o facto de não se poder concluir que em Moçambique a pobreza está feminizada, pois trata-se de um quadro complexo, com diferenças importantes na igualdade de género e no empoderamento da mulher em diferentes partes do país, como áreas urbanas e rurais, classes sociais e grupo etnolinguísticos. Em espécie de conclusão os autores afirmam que:

“Há incompatibilidades aparentes entre a aplicação dos princípios universais de igualdade de género e as configurações sócio-culturais em Moçambique – conforme exemplificado pela legalização da poligamia na nova Lei da Família, a qual deixa efectivamente 30% das mulheres do país sem protecção legal em questões de família. Por outro lado, muitos dos dados desagregados relacionados com o género não captam adequadamente as *relações* entre homens e mulheres em diferentes contextos sócio-culturais, que são fundamentais para alcançar maior igualdade de género na sociedade altamente patriarcal Moçambicana.” (Tvedtenet al2008, p. 8):

Assim, fica descrito o quadro geral transversal da realidade da sociedade Moçambicana no qual existem ainda espaços que apesar de serem alvo da intervenção legal das instituições sociais continuam acolhendo formas específicas de submissão da mulher, como a abuso e violência doméstica.

Por sua vez, Teles (2009) desenvolveu um estudo em Moçambique com o tema, *Género e direitos humanos em Moçambique*, seguindo a mesma linha de Tvedtenet al (2008) ao procurar analisar as políticas e programas de promoção da igualdade de género e do empoderamento da mulher a nível nacional. Nesta busca a autora constata que existem no país uma série de instituições criada com a finalidade de garantir a materialização destes princípios, assentados na promoção dos direitos humanos.

Para Teles (2009), o quadro analítico por ela construído revela que a construção dos direitos da mulher assenta num tripé, universalidade – equidade – participação, em desequilíbrio, já que as duas primeiras bases são as mais salientadas enquanto estratégias de inserção da perspectiva de

género. Esta autora destaca a fragilidade dos pontos que constituem este esquema, como podemos verificar na citação seguinte”

O próprio sistema de protecção dos direitos da mulher, como vimos, também carece de um maior equilíbrio entre os elementos que o compõem. ii A terceira base de sustentação – participação – encontra-se, pois, fragilizada, ilustrada pela média de anos de promulgações neste campo e pelo número de conceitos que constituem o eixo, o que nos leva a reflectir sobre o lugar e a forma como instituições transnacionais, governos e movimentos sociais elegem e elencam suas escolhas e estratégias (Teles, 2009, p. 45)

Estas constatações levam esta autora a afirmar que a possibilidade de a mulher decidir sobre seu corpo, sua vida, de contribuir efectivamente para sua comunidade com uma actuação ao nível nacional e para além fronteiras, e nos diversos campos da vida social, está ainda por ser escrita. (Teles, 2009).

Neste estudo a autora conclui que o campo dos direitos humanos apresenta um sério empreendimento de construção da mulher e do conhecimento em torno dela para além do senso comum. Contudo, prevalece, ainda, a necessidade de rever as estratégias e escolhas em torno da implementação de programas e políticas de integração.

Apresentamos, agora, o estudo de Mariano (2009) com o tema : *A construção do corpo feminino na compreensão do conceito de género*, onde questiona sobre os cuidados que são administrados para a manutenção e funcionalidade da função sexual e reprodutiva da mulher. Neste estudo, a autora procurou compreender a construção social do corpo feminino e sua interface com as noções de género e de saúde.

Retratando primeiramente as representações, Mariano (2009) afirma que a sexualidade e a reprodução são frequentemente associadas a elementos que compõem a cultura material e definem os papéis sociais de homens e mulheres. Neste sentido, *o homem tem a função de “abrir” a mulher que, por sua vez, tem de “fechar” e manter o seu corpo. A vagina, também indicada como “porta” de entrada do homem e dos seres, é uma das partes do corpo que lhe confere um certo poder e responsabilidade na esfera sexual e reprodutiva.* (Mariano, 2009, p. 70)

Vemos como a mulher é concebida como alguém a serviço dos apetites sexuais dos homens que submetem as mulheres. Esta concepção reflecte-se nalgumas metáforas, como nos refere Mariano (2009, p. 9):

Por meio de metáforas se estabelece uma associação entre vagina e comida, que é apresentada nas seguintes expressões: “quando a vagina não está seca parece uma panela, (...) vagina é a comida do homem, sendo os pequenos lábios a lenha acesa...” a mesma que acende, estimula o acto sexual. A analogia entre acto de pilar e relação sexual, se encontra no sul de Moçambique: O pau de pilar simboliza o pénis e é o mexedor da vagina-pilão, expressando assim os papéis que cada um desempenha na relação sexual.

Apesar das mulheres serem concebidas desta forma, como vimos nas linhas anteriores, não impedem das mulheres terem iniciativas no que diz respeito a manipulação do seu corpo. A este respeito, Mariano (2009) afirma que as mulheres procuram garantir a virgindade, pois estar neste estado confere as mulheres uma maior possibilidade de negociar a construção da sua relação com o homem que quiser, pois os homens preferem mulheres virgens.

Ainda em Moçambique, destacamos o estudo de Chipenembe (2009) como tema : *Dinâmicas de género no mercado de trabalho doméstico na cidade de Maputo*, onde tinha como objectivo analisar a forma como é que os homens e mulheres que se encontram na posição de patrões e empregados, enfrentam o mercado de trabalho doméstico na cidade de Maputo, tratando-se de um mercado que é mais influenciado pelo fraco papel do Estado na economia do que pelas dinâmicas de género, oriundas da divisão sexual e etária de trabalho e inerentes à estrutura familiar.

A realização do trabalho por parte de Chipenembe (2009) partiu do pressuposto de que o facto de Moçambique depender economicamente do Ocidente faz com que as instituições do Estado tenham uma frágil participação nas relações de trabalho, especificamente o doméstico, o que influencia, por sua vez as relações entre patrão e empregada, no qual ocorrem os processos de masculinização e feminização.

Interessa-nos este estudo pelo facto de fazer referência ao facto de no mercado do trabalho doméstica predominar a lógica da divisão sexual do trabalho, o que coloca o homem – empregado ou patrão – numa posição de superioridade com relação a mulher. Deste modo,

Chipemembe (2009) conclui que as desigualdades de género reproduzem na forma como ocorre a integração no mercado de trabalho por parte do homem e da mulher.

Seguindo a mesma perspectiva de investigação, mas focalizada na participação política está Capurchande (2009) no seu estudo *Percepções sociais relacionadas com a participação política de homens e mulheres nos órgãos de decisão*, onde tinha como objectivo abordar as percepções sociais relacionadas com a participação política de homens e mulheres no processo de tomada de decisões estratégicas no desempenho de cargos de liderança na Função pública

Neste estudo, a autora constata a partilha da opinião segundo a qual nos últimos anos o Governo moçambicano tem procurado integrar cada vez mais mulheres na arena política através, particularmente, da ocupação de cargos político-administrativos. Não obstante Capurchande (2009) reconhecer que os discursos políticos tenham procurado dar visibilidade à igualdade de género e sua consequente afirmação na esfera pública, a sua emancipação a vários níveis, nesta igualdade e nos respectivos discursos emancipatórios, na prática, ainda permanecem algumas zonas de penumbra. A autora afirma que sua incorporação ainda não questiona a dominação masculina.

Os constrangimentos que as mulheres enfrentam no quotidiano de suas actividades na esfera política resulta dentre outros factores de acordo com Capurchande (2009) do facto do Estado moçambicano ser uma instituição social organizada e estruturada de acordo com o modelo de dominação masculina que tem como as desigualdades de poder entre homens e mulheres como característica imanente das sociedades patriarcais.

Contudo, Capurchande (2009) constata que a maioria das mulheres entrevistadas afirma que recorrem aos regulamentos, relações hierárquicas, capacidade de impor suas ideias e decisões a nível superior, competências e todo o conjunto de procedimentos técnico-administrativos, constituindo estas as estratégias para fazer valer o seu poder de tomada de decisão no processo decisório.

Loforte (2004) no seu estudo: *Políticas e estratégias para igualdade de género constrangimentos e ambiguidades*, procura analisar alguns desafios das instituições de saúde na implementação dos princípios do governo no âmbito do cumprimento das recomendações da CEDAW. Recorrendo a análise dos documentos ministeriais, a autora afirma que a tentativa de inclusão de mulheres no

processo de elaboração de plano estratégicos provinciais através da consulta das comunidades, com particular ênfase nas mulheres e jovens.

Neste âmbito, Loforte (2004) aponta que a questão da gravidez precoce assume um lugar prioritário, centrando o desafio no avanço qualitativo deste processo passando da consulta à planificação, monitoria e avaliação do impacto nos serviços de saúde. Na dimensão política as instituições públicas, a da saúde enfrenta problemas ligados a sua planificação centralizada.

Neste estudo, a autora defende que a incidência na igualdade de género não é puramente ideológica, ela resulta da evidência de que o falhanço em atingir a equidade mina a capacidade dos serviços de saúde de funcionar efectivamente, de atender às necessidades dos seus funcionários, de satisfazer as necessidades distintas dos clientes – homens ou mulheres (Loforte, 2004, s/p). Em forma de conclusão, a autora afirma que ao trabalhar numa estrutura com poucos recursos financeiros é importante atentar para a estrutura ideológica que a sustenta.

A discussão que realizamos anteriormente, leva-nos a constatação de que, de um lado encontramos autores como Andrade e Solteira (2013), Andrade (2006), Machel et al (2008) e Aboim (s/d) que defendem que as relações de género continuam sendo dominadas por desigualdade sociais entre homens e mulheres, sendo ainda as mulheres subalternas independentemente das mudanças que vêm ocorrendo e do outro lado, autores como Tvedten, Paulo e Montserrat (2008), Teles (2009), Mariano (2009), Chipenembe (2009), Capurchande (2009) e Loforte (2004), que reconhecem os efeitos dos programas e políticas implementadas, não obstante afirmarem que ainda há muito que fazer, pois persistem zonas de reprodução de desigualdades entre homens e mulheres.

Diante desses posicionamentos, assumimos que ambos reflectem a realidade, pois podemos encontrar mulher ainda subalterna aos homens, contudo, negligenciar os efeitos das mudanças que vêm ocorrendo decorrentes das conquistas na luta pela igualdade é ignorar uma realidade que torna-se cada vez mais visível. Deste modo, nos associamos mais ao segundo posicionamento no qual destacamos Capurchande (2009) que afirma que as mulheres têm a capacidade de mobilizar recursos usados como estratégias de criação de espaços de participação nos quais procuram equiparar o poder e as oportunidades contra todas imposições da estrutura sociocultural patriarcal.

É com base nesta perspectiva sobretudo ao segundo sentido dos autores apresentados que construímos o pressuposto de que na realidade moçambicana as mulheres torna-se cada vez mais conscientes da sua capacidade e necessidade de tomar as redes da construção da igualdade de género, pois a sua posição passiva só permite a reprodução da ordem social caracterizada pela desigualdade. Deste modo, baseados neste pressuposto olhamos para a realidade das mulheres tendo adjacente o conceito de actor social, pois nos permite identificar a relação dialéctica entre a imposição das representações da sociedade patriarcal e as acções da mulher no sentido de opor-se a elas.

2. Enquadramento teórico e conceptual

Neste trabalho, procuramos analisar o sentido e a sequência das experiências das mulheres jovens no que diz respeito a suas relações conjugais tendo em conta a perspectiva fenomenológica de Alfred Schutz (1979).

A perspectiva fenomenológica foi trazida ao ramo das ciências sociais por Husserl (1859-1938). Husserl tinha como objectivo principal separar a psicologia da filosofia para que a psicologia pudesse ter uma base única e segura, a partir da qual se pudesse construir uma psicologia empírica com peso. Assim, Schutz (1979) vai ser influenciado por Husserl, na base fenomenológica e por Max Weber na base sociológica.

Em Husserl, Schutz (1979) considera o argumento segundo o qual os indivíduos estão dopados tem uma intencionalidade da consciência, que é fundamento de sua existência e de suas experiências no mundo. Em Weber, Schutz (1979) leva em consideração segundo a qual os indivíduos atribuem significados às suas acções e são motivados para esta atribuição. Deste modo, passamos a apresentar o quadro teórico de Schutz, considerando os aspectos relevantes para o nosso estudo.

Assim, com a combinação dos dois autores acima mencionados, Schutz (1979) referencia que é importante ter em conta que todos os actores sociais interpretam as acções e dão sentido a elas. A acção social entre os sujeitos carrega consigo os significados subjectivos desses sujeitos. Todavia, por fazer parte do quotidiano, o indivíduo toma o mundo social à sua volta como um pressuposto, esse mundo, então lhe é dado, e com ele são dadas as interpretações dos múltiplos fenómenos e relacionamentos do mundo social, conforme desenvolvidas pelo “grupo interno” cultural. “O grupo interno estabelece uma auto-interpretação colectiva que representa a concepção comum, interna, da comunidade” (Schutz, 1979:19). Assim, o autor mostra que o indivíduo em seu modo de orientação dentro do mundo da vida é guiado por instruções e interpretações que lhes são dadas por outros. Se o indivíduo constrói a sua própria visão do mundo à sua volta, o faz com auxílio das matérias-primas que lhe são oferecidas pelo contexto de inserção.

Conforme Schutz (1979), o facto de os indivíduos conceberem o mundo como um dado adquirido, faz perder os actos da experiência subjectiva em si. Assim, como forma de revelar

esses actos de experiência subjectiva, aparece o cientista social com a particularidade de quebrar a atitude natural de estoque de conhecimento, a maneira passiva e ingénua com a qual se dirige aos objectos. Questionando as nossas próprias experiências, ou seja, submeter as nossas experiências a uma discussão crítica (o que é possível com a fenomenologia). Fazemos isso num acto específico da reflexão à intencionalidade. Deste modo, o autor descreve dois níveis diferentes da reflexão, os quais fazem parte dos conceitos centrais da sua teoria: o da atitude natural e dentro da esfera da redução fenomenológica (este último é o conceito básico da teoria de Husserl por isso exige maior explicação).

A atitude natural refere-se ainda, a uma situação em que “aceitamos sem questionar a existência do mundo exterior, o mundo de factos que nos cerca” (Schutz, 1979:58). Na verdade, podemos até duvidar e desconfiar de tantas experiências desse mundo mas a visão da natureza das coisas vai subsistir imperturbável. A atitude natural esconde uma extraordinária capacidade de tratar os objectos, e de modo mais geral, as acções e os acontecimentos da vida social, em vista de manter um mundo comum.

O autor fala-nos, ainda, da experiência significativa que sempre pressupõe que a experiência cujo significado é predicado, é uma experiência delimitada. “Assim, somente uma experiência passada, isto é, uma experiência que é vista em retrospectiva, como já acabada, terminada pode ser chamada de significativa somente o que já foi vivenciado é significativo pois, o significado é meramente uma operação da intencionalidade, a qual, no entanto, só se torna visível reflexivamente” (Schutz, 1979: 63).

Deste modo, é o estoque do conhecimento à mão que serve como código de interpretações de experiências passadas e actuais em curso. Essa referência a actos vivenciados pressupõe memória, como lembrança, retenção e reconhecimento. Portanto, o estoque do conhecimento à mão, é que nos orienta na forma de olhar e interpretar os fenómenos. Assim, o homem na vida diária tem a qualquer momento, um estoque de conhecimento à mão que lhe serve como um código de interpretação de suas experiências passadas e presentes que também determina sua antecipação das coisas que virão.

Schutz (1979) defende a necessidade olhar para os indivíduos como uma situação biográfica, o que implica reconhecer que cada situação na qual o indivíduo se encontra e tem uma história

própria a qual é necessário fazer referência para que possamos compreender as situações presentes. Deste modo, os conceitos de estoque de conhecimento e a trajetória dos indivíduos são conceitos que auxiliaram na compreensão das trajetórias das mulheres jovens deste a sua fase de namoro até a construção da família, decifrando as experiências a partir das quais constrói o seu estoque de conhecimento que serve de base para a construção e materialização do seu modelo de família.

2.1. Definição e operacionalização dos conceitos

2.1.1. Relação conjugal

De acordo Ávila (1972), relação conjugal é espécie singular de relação entre pessoas que se unem uma à outra, com propósito de vida mútua, distinta da ordinária vida social, ou da relação social a que se subordinam. Essa vida relacional comum são actividades, interesses e construções comuns, que podem ou não incluir actividades sexual, esta, por seu turno, com finalidade apenas procriativa, apenas prazerosa ou com ambas as finalidades, conforme a decisão do casal e ou pré definições culturais e sociais.

A ideia de realidade comum é também partilhada por Berger e Kellner (1964), que abordam a relação conjugal como um processo de construção de uma realidade comum. Cada parceiro, ao se engajar na relação a dois experimenta uma reconstrução de sua realidade individual, criando referências comuns e uma identidade conjugal.

Apesar de se sublinhar a ideia de uma vida comum, Gonçalves apud Valda (2011) afirma que a relação conjugal é entendida de maneira distinta entre os cônjuges, pois a mulher visa o casamento acima de tudo, como expressão máxima de amor e compromisso entre duas pessoas, e só secundariamente, entendido como uma instituição. Quanto ao homem a relação conjugal consiste no puro cumprimento do dever de suprir a casa e de satisfazer a mulher em seu íntimo.

Sendo assim, nos limitamos a definir relação conjugal como uma união de duas pessoas na qual constroem uma vida comum, partilhando os aspectos mais íntimos e particulares de sua personalidade, como partilha de tecto, o sexo, decisões, entre outros.

2.1.2. Autonomia

O conceito de autonomia teve a sua primeira discussão séria no campo da filosofia, onde se interessava os níveis e as possibilidades de seu exercício. Tratando-se de uma discussão conceptual, antes de entrarmos especificamente para o campo da sociologia podemos trazer uma definição filosófica de modo a introduzir o leitor na discussão que levantamos.

Deste modo, apresentamos a definição de Chistman (1988) segundo qual a autonomia pode ser entendida como uma competência (ou conjunto de competências) do sujeito, ou seja, uma condição eminentemente subjectiva e interior do sujeito ou individuo. Esta definição incide especificamente sobre o indivíduo ignorando as circunstâncias dentro das quais a autonomia é exercida, podendo limitar ou facilitar este exercício.

Para superar esta limitação introduzimos o nosso debate num campo mais sociológico no qual destacamos as perspectivas de Cichelli (2001) e Touraine (1994). Para o primeiro autor a autonomia deve ser sempre entendida no contexto intersubjectivo do diálogo com a(s) alteridade(s), com as quais se estabelece, também, dinâmicas de poder simbólico que podem pôr em causa a simetria implícita à dignidade de cada indivíduo na interacção.

Esta definição tem a vantagem de trazer uma concepção de autonomia que insere num contexto de relação de poder, destacando o simbólico. Um mesmo sentido é seguido pelo segundo autor dos dois apontados anteriormente, que afirma que autonomia é vista como a capacidade demonstrada pelo actor social no sentido de agir não só livre, como também contra as imposições de padrões comportamentais existentes na sociedade.

As perspectivas de Cichelli (2001) e Touraine (1994) trazem elementos relevantes para o sentido que pretendemos atribuir neste trabalho, o que nos leva a combina-las. Assim, concebemos autonomia como a capacidade que as mulheres jovens possuem de decidir e agir livre das imposições o seu parceiro, assim como das condições impostas pelas estruturas familiar patriarcal.

2.1.3. Família

Pela sua dimensão clássica na sociologia e sua centralidade nas explicações da realidade social, podemos encontrar diferentes definições do conceito de família, porém, nos limitaremos algumas delas, começando por Giddens (2004).

Giddens (2004) define família como sendo um grupo de pessoas unidas directamente por laços de parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças. Os laços de parentesco são relações entre indivíduos estabelecidas através do casamento ou por meio de linhas de descendência que ligam familiares consanguíneos (mães, pais, filhos e filhas, avós, etc.).

A definição de Giddens (2004) apresenta alguns elementos relevantes porém deixa de fora outros elementos que o conceito abarca, como é a questão da cooperação, que é apresentada por Murdock (1949). De acordo com este autor, a família é um grupo caracterizado pela resistência comum e pela cooperação de adultos de ambos sexos e dos filhos que eles geram ou adoptaram.

Por sua vez, Saraceno (1988) olha a família como uma construção social. Para autora, existem vários discursos que definem o que é família, e esses discursos variam em função do contexto social. Sendo assim, família é o que cada grupo social constrói e define para si como família. Sendo uma construção social, a família apresenta algumas características comuns em todos contextos. O facto de a família ser ao mesmo tempo um espaço social, simbólico e físico que forma os indivíduos de modo a se tornarem seres sociais, e os dá uma maneira de ver a realidade social.

Saraceno e Naldini (2003) defendem que a família revela-se como um dos lugares privilegiado de construção social da realidade, a partir da construção social dos acontecimentos e relações aparentemente mais natural. Com efeito, é dentro da família e das relações familiares, tal como são definidas e regulamentadas que os próprios acontecimentos da vida individual que mais aparecem pertencer à natureza recebem o seu significado, através do qual, são entregues à

experiencia individual, são os exemplos seguintes: o nascer, o crescer, a sexualidade e a procriação.

Este conceito nos é útil na medida em que, exprime essa funcionalidade da família como um sistema por meio do qual os casados se estruturam, como um sistema que influencia os mesmos no seu dia-a-dia, orientando de forma consciente ou não, a maneira como os casados interpretam os elementos que ocorrem na sociedade.

Podemos, ainda, trazer a perspectiva de Lakatos e Marconi (1992) a partir da qual definem a família como sendo um grupo social caracterizado pela residência comum, pela cooperação económica e pela reprodução. A família é constituída pelos pais e filhos.

3. Metodologia

Neste capítulo procedemos com a apresentação dos procedimentos metodológicos e técnicos que seguimos na elaboração do trabalho. São aqui apresentados os métodos de abordagem, de procedimento, e as técnicas que foram seguidas.

A pesquisa tem como base o método qualitativo pois, como afirma Silva et al (2001), há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzido em número. Assim adoptámos este tipo de pesquisa, por ela ter possibilitado o alcance dos objectivos da presente monografia. Assim, a pesquisa qualitativa permitiu aprofundar as respostas, fazendo uma leitura que vai além das declarações manifestas dos entrevistados. O nosso quadro implica, como consequência, a escolha do método qualitativo ao valorizar a capacidade construtiva por parte dos actores sociais.

3.1. Método de abordagem

Como método de abordagem utilizámos o indutivo, procedendo uma análise de dados particulares para posteriormente fazer uma generalização se os casos analisados e interpretados possibilitarem. A generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de um número de casos concretos suficientemente confirmadores da realidade em análise (Gil, 2007). Neste trabalho não buscamos nenhuma generalização que extrapolasse a nossa amostra para não correr o risco de validar dados para outros casos não estudados e cair no erro de falsa generalização.

Antes, procuramos unicamente explorar as trajectórias das jovens mulheres no que diz respeito as suas relações de namoro e conjugais, buscando identificar aspectos particulares a cada caso, assim como comum a todos os casos. Esta abordagem permitiu-nos valorizar muitos dados de campo, fazendo com que eles fossem a base das nossas constatações. A teoria foi chamada para orientar a forma como os dados foram lidos e interpretar aspectos relevantes que careciam de comentários e enquadramento teórico.

3.2. Método de procedimento

Como método de procedimento recorreremos a redução fenomenológica que se preocupa com a descrição directa da experiência tal como ela é. Este método considera que a realidade é construída e entendida como compreendida, interpretada e comunicada pelo resultado da pesquisa. A realidade não é única: existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações. O sujeito /actor é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento. (Gil, 2007; Trivinos, 1992).

Aplicaremos este método por implicação do quadro teórico escolhido, que também é fenomenológico. Deste modo, valorizamos a informação que as mulheres jovens nos facultaram, pois são elas que constroem a sua realidade e agem em função do conhecimento e informação que vão acumulando ao longo de suas experiências. Nesta ordem de ideia, o método fenomenológico serviu de base para a leitura da realidade sob a perspectiva da mulher.

3.3. Técnicas de recolha de dados

Como técnica, privilegamos a entrevista semi-estruturada, visto que, esta é adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem, ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. Esse tipo de entrevista ocorre a partir de um conjunto de perguntas básicas que nos conduzem alcance dos objectivos mas, que são diferentes para cada entrevistado (Selltiz et al., 1967).

Ao escolhermos este tipo de entrevista tomamos em consideração o método fenomenológico e a necessidade de fazer uma leitura das experiências das mulheres valorizando alguns elementos-chaves, como a autonomia e participação na tomada de decisão. A entrevista semi-estruturada permitiu partir de algumas questões que assumimos serem imprescindíveis para o nosso estudo, reservando espaço para a introdução de novos elementos significativos, visto que, trata-se de experiência subjectivamente vivenciadas, onde no todo conteúdo é acessível e previsível.

O grupo-alvo foi constituído por 13 mulheres jovens casadas oficialmente ou em união de facto com seus parceiros. No que concerne a localização destas mulheres recorremos a técnica por bola de neve. De acordo com Velasco e Rada (1997), a bola de neve é uma técnica de não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objectivo proposto (o ponto de saturação).

De acordo com Wha (1994), o ponto de saturação é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem a acrescentar novas informações relevantes a pesquisa. Assim, o entrevistador estabelece o contacto inicial com alguns sujeitos previamente identificados como membros do grupo que se pretende estudar e estes sujeitos põem o investigador em contacto com outros membros desse grupo e assim sucessivamente.

A partir desta técnica, estabelecemos contacto com as participantes iniciais, jovens casadas oficialmente ou em união de facto a partir das quais identificamos outras jovens com as quais trabalhamos. Assim sendo o tamanho da amostra foi definido em função da saturação da informação que fomos obtendo ao longo do processo de recolha de dados.

No que diz respeito ao critério de selecção dos entrevistados recorremos a convencionalidade, que nos permitiu trabalhar com aquelas mulheres que se encontravam dispostas a fazer parte do estudo. De acordo com Gil (2007), a amostra convencional ou por acessibilidade consiste em o investigador trabalhar simplesmente com os elementos mais disponíveis da população.

Entrevistamos um total de 13 mulheres, pois adoptamos um método qualitativo e uma abordagem qualitativa. De acordo com Goldenberg (1997), o método qualitativo não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogéneas, buscando interpretar o objecto em termos do seu significado. Deste modo, não interessa para esta abordagem a representatividade numérica da amostra, mas antes a exploração profunda e significativa do objecto de estudo.

4. Apresentação, análise, interpretação e discussão dos dados de campo

Depois de termos apresentado os pontos que orientaram a realização do trabalho e os caminhos seguidos, neste capítulo apresentamos a análise, interpretação e discussão dos dados como se recomenda para os estudos qualitativos. A organização dos dados é feita em subcapítulos tendo como base os objectivos específicos. Assim, temos:

No primeiro subcapítulo, apresentamos o perfil sócio-demográfico das jovens entrevistadas; no segundo subcapítulo, trazemos as experiências vivenciadas nas relações de namoro antes da constituição da família na qual as jovens se encontram integradas; o terceiro subcapítulo, expusemos os dados referentes aos modelos de família projectados; e, no quarto subcapítulo, discutimos as estratégias adoptadas para a materialização dos modelos de família projectados.

De modo a permitir um melhor acompanhamento dos dados e garantir uma confidencialidade da informação, os depoimentos serão apresentados com recurso a nomes fictício, isto é, os nomes usados não são os reais das jovens com as quais trabalhamos.

4.1. Perfil sócio-demográfico das mulheres entrevistadas

Iniciamos a nossa apresentação neste subcapítulo com dados referentes ao perfil sócio-demográfico das jovens mulheres com as quais trabalhamos, que totalizam 13 e que se encontram, pelo menos, casadas ou em união de facto. Dez variáveis foram operacionalizadas para a descrição que fazemos, começando pelas idades nas quais observamos que maior parte das jovens representada por 8 apresenta idades entre o intervalo de 25 anos, que é idade mínima, a 30 anos e as restantes acima dos 30 anos sendo que a idade máxima é de 35 anos representa dois entrevistadas. Dentre estes intervalos identificamos pessoas com as seguintes idades 26, 27, 28, 30, 31, 32 e 34 anos.

Os níveis de escolaridade identificados variam da 10ª classe ao ensino superior. Com 10ª classe encontramos 5 jovens, com 11ª classe 3 jovens, com 12ª classe 3 e apenas 1 com ensino médio técnico 1 que se encontra ainda a frequentar o 3º ano do ensino superior no grau de licenciatura. Estas mulheres divergem quanto a formação profissional, profissão e ocupação. Identificamos

aquelas que não têm nenhuma forma e aquelas que tem formação nas áreas de educação de infância, acção social, contabilidade técnica, farmacêutica e cabeleireira.

Referente a profissão, 5 entrevistadas não tem nenhuma e as restantes têm. Dentre as profissões que estas apresentam, identificamos as seguintes: técnica de educação de infância, tratadora de cabelo, técnica simples, comerciante técnica e farmacêutica. Quanto a ocupação, identificamos que as jovens trabalham como tratadora de cabelo, comerciante, funcionária e estudante, muquerista, farmacêutica e funcionária da escolinha. As outras limitam-se a dedicar o trabalho doméstico em suas próprias casas.

Grande parte das entrevistadas que totalizam 10, são naturais da cidade de Maputo e só três é que vem da cidade da Beira. Contudo, todas têm as suas residências fixas em Maputo nos bairros de MavalaneeHulene. Destes, o bairro de Mavalane acolhe maior número das jovens por nós entrevistados com 8 e o bairro de Hulene a colhe 5 jovens.

No que diz respeito ao estado civil, 10 jovens afirmaram encontrar-se apenas numa situação de união de facto visto estarem a coabitar com o seu parceiro há muito tempo. Dentro da nossa amostra apenas 3 é que afirmaram que estavam na situação de casadas oficialmente. Todas têm filhos dentro desta relação. Quanto ao número estes variam de 1 a 3, sendo que a maior parte é de jovens com 2 filhos, seguidas das com 1 e as restantes com 3 filhos. O tempo mínimo dentro do relacionamento com o seu parceiro é de 3 anos e o máximo é de 15 anos apresentados por 2 entrevistadas. Dentro deste intervalo encontramos jovens com 4, 5, 7 e 10 anos dentro da relação na qual se encontravam no momento da realização do nosso trabalho de campo.

Os dados apresentados revelam que a nossa amostra é constituída por jovens com pelo menos o básico como nível académico dentre as quais algumas encontram a desenvolver actividades que gerem rendimento familiar, sendo que outras limitam-se ao campo doméstico. Neste sentido, estas entrevistadas gozam de um certo nível de independência o que constitui um elemento básico para que possam garantir uma participação igualitária no campo família, pois, embora não seja o único, o factor económico influencia nas relações de género.

4.2. Experiências relativamente a relacionamentos antes da união conjugal

Introduzimos neste subcapítulo dados que carecem de uma leitura teórica. Começamos com aqueles referentes as experiências das jovens no que diz respeito aos seus relacionamentos de namoro, nos focalizando nos aspectos ligados a questão da relação de género, que constitui o nosso foco de debate. O quadro teórico que recorremos estabelece como princípios e perspectivas o percurso de vida dos actores (mulher e homem) no qual as experiências são transformadas em conhecimento e informação a partir das quais orientam e significam suas acções, assim como a construção e satisfação de aspirações futuras.

É neste sentido que, antes de analisarmos a situação dos relacionamentos ou união de facto nos preocupamos com as experiências das relações passadas de namoro do nosso grupo alvo para o estudo. De acordo com os dados obtidos no campo, estas experiências podem ser agrupadas em dois grupos: relações de namoro de participação igualitária e relações de namoro de participação desigual. A seguir passamos a interpretar cada uma destas categorias.

4.2.1. Relações de namoro de participação desigual

Começamos a nossa discussão com dados referentes aos casos nos quais as mulheres reconheceram que vivenciam nas suas experiências de namoro anteriores relacionamentos caracterizadas por desigualdade no que tange a tomada de decisão, a capacidade de ordenar, vendo assim a sua participação limitadas. Interessa-nos aprofundar estas situações para aferir o conhecimento e informações acumuladas das nossas entrevistadas no trecho subsequente.

“Na primeira minha relação, o homem é que tomava as decisões porque eu era inexperiente nessas coisas de namoro e ele já tinha namorado” (Joana de 26 anos de idade)

“Eu não tinha voz activa porque ele era muito agressivo, queria e decidia em tudo. Dizia que homem aqui sou eu. Eu não falava nada, quando queria falar ele me batia” (Joaquina, 30 anos de idade)

As relações de género segundo a lógica da dominação masculina são caracterizadas pela superioridade e imposição do homem no que diz respeito a tomada de decisão tanto sobre

questões ligadas a relação conjugal, assim como a própria mulher (Bourdieu, 2001). Nos dois depoimentos que trouxemos nas linhas anteriores observamos como as jovens entrevistadas identificam a superioridade do seu parceiro na tomada de decisão, embora possamos observar também que as razões apontadas para esta tendência sejam diferentes. Importa olhar para essas razões que revelam o porquê da resignação das entrevistadas diante do comportamento do seu parceiro.

No primeiro caso, a razão apontada para que seja o homem a tomar as decisões na relação é a inexperiência feminina no que diz respeito ao estágio de namoro, visto que, esta foi a sua primeira relação de namoro. A jovem autora do depoimento em causa legítima a posição do parceiro no sentido de ser o tomador da decisão. Interpretando este caso sob ponto de vista da sua motivação, podemos recorrer a Schutz (1979) para afirmar que estamos diante de uma acção motivada por experiências passadas.

Este autor usa a designação “motivos para que” como forma de referir-se a situações nas quais os actores agem num determinado sentido porque não podem agir de outra maneira, pois as experiências passadas que trazem consigo não lhes reservam outra alternativa. Deste modo, a autora do primeiro depoimento, mesmo que quisesse tomar decisões não assume-se como incapaz por não ter conhecimento e informação que serviriam de base para decidir.

No segundo depoimento, embora nos encontremos diante de uma lógica de desigualdade de género, a razão apontada é outra. Neste caso, o comportamento de imposição e agressivo do parceiro constitui razão para aceitar a situação na qual o homem é quem toma decisão. Dois aspectos presentes nesta situação precisam de ser separadamente comentados neste depoimento. O primeiro aspecto é a afirmação “Eu sou o homem aqui”, que reflecte uma forma de auto-construção do homem condicionada pela sociedade patriarcal que lhe confere um certo tipo de machismo e ou hegemonia sobre a mulher.

De acordo com Bourdieu (2001), nas sociedades patriarcais caracterizadas pela dominação masculina o homem é construído como o dominador da mulher, centro da tomada de decisões e superior a esta, enquanto, a mulher é construída como subalterna a quem cabe satisfazer as vontades masculinas e agir de acordo com os princípios estabelecidos por este. O que

observamos é expressado no depoimento em interpretação é a interiorização das categorias patriarcais e a sua operacionalização como conhecimento para a orientação das acções concretas.

O segundo aspecto é o recurso a violência como mecanismo de controlo social. Falamos de controlo social no sentido de nos referimos a processos de conformação do comportamento humano por meios directos ou por meio das atitudes e significados que lhe são subjacentes (Cruballate, 2004). A violência é sim um mecanismo de controlo social que, de acordo com Berger e Luckmann (2004), aparece como um dos últimos recursos posto em prática depois de falharem os outros mecanismos, como é o caso da imposição discursiva ou a socialização de papéis sociais.

Neste caso a violência física (bater) a qual a jovem entrevistada faz referência é um recurso ao qual o parceiro recorria para garantir que a sua parceira se submetesse ao poder de tomada decisão do homem. Do lado desta, podemos observar que o medo de incorrer a estas situações e tornar-se vítima desta violência, constitui motivação para a sua submissão. Recorrendo mais uma vez as categorias de motivação apontadas por Schutz (1979), podemos afirmar que nos encontramos diante da categoria “motivos”, na medida em que a aceitação das decisões do homem constituía um meio de evitar passar por um acto de violência.

Neste sentido, a situação no qual ocorre uma acção racional no qual o sujeito pretende evitar um acto que o submeta ao cenário de submissão o fim é não sofrer violência de todo tipo. Vários são os casos, hoje, nos quais as mulheres são vítimas de violência doméstica. Oliveira (2012) explica esta violência recorrendo ao facto de as mulheres procurarem hoje uma relação igualitária onde gozam de uma autonomia, o que é não suportado pelos homens que acabam por recorrer a violência física como forma de se impor. Esta constatação é válida para o nosso trabalho. Nesta senda as nossas entrevistadas afirmam que tentavam falar, mas eram imediatamente reprimidas com o risco de sofrerem mais violência.

Esta relação desigual na tomada de decisão colocava as mulheres numa posição desconfortável na qual construía sentimento de mal-estar e de raiva, como podemos aferir nos depoimentos seguintes:

“Me zangava e ficava com raiva dele porque eu nunca gostei que me desconsiderassem. Já não é tempo de a mulher aceitar tudo que o homem quiser fazer, eu também tenho minhas decisões por tomar” (Tininha de 28 anos de idade)

“Cria um mal na relação porque uma relação não tem a ver com quem decide, mas se a ideia é boa deve ser acatada. Quando dava ideia e ele rejeitava me sentia inferior” (Albina de 31 anos de idade)

O sentimento construído pelas entrevistadas nas experiências em que são excluídas da tomada da decisão representa uma forma diferente (que pode ser vista como nova) de estar e ser nas relações de género que estas desenvolvem posteriormente. Bourdieu (2001) afirma que as mulheres, pela lógica do funcionamento da dominação masculina, eram socializadas de modo a assumir e legitimar a sua posição inferior com relação ao homem, não encontra razões ou princípios para se opor. Assim, estas mulheres não sentiam-se bem na sua inferioridade imposta pela dominação do parceiro, o que nos recorda a frase “a doce falta de liberdade” de Marcuse (2001).

Apesar de as mulheres encontrarem ainda representações sociais que as procuram manter na posição de excluídas na tomada de decisão, elas não limitam sua reprodução. É neste sentido que as entrevistadas não se conformam com a sua não participação na tomada de decisão, vivenciando sentimento de raiva, mal-estar, inferioridade. Esta posição demonstra a capacidade reflexiva destas jovens que permitem, de acordo com Schutz (1979), que elas reconstruam e modificam "as representações sociais" com base no que as definem, orientando-as no sentido de as modificar e perceber como negativas as acções de exclusão feminina.

Esta capacidade reflexiva faz das mulheres actoras sociais importantes Touraine (1994). De acordo com este autor, as mulheres modernas adoptam cada vez mais formas de estar e ser que implicam uma construção autónoma de si e uma oposição abertas a todas as categorias ou representações sociais impostas nos diferentes espaços no sentido de as manter subalternas e reduzir os espaços de escolha próprias. Seja por isso que a não participação das mulheres de forma activa na vida social e no processo decisório é hoje condenada e as entrevistadas desenham o sentido ou projectam famílias nas quais encontram espaços de participação na tomada de decisão, como veremos nos próximos subcapítulos.

É neste sentido que Assis (s.d) no seu estudo: *A inserção da mulher no mercado de trabalho* constata que as mulheres nas sociedades contemporâneas, sofrem resistência nalguns sectores no sentido de as incluir nos centros de tomada de decisão, e elas para inverter este quadro "dramático" de relações sociais procuram adoptar estratégias ou mecanismo com vista a efectivar por si a sua participação nestes centros, visto que, torna-se uma condição essencial para que seus interesses sejam satisfeitos.

A não participação de algumas destas mulheres dentro da relação de namoro não se limitava apenas no processo de tomada de decisão, estendendo-se para o domínio da renda (provisão domestica). Os dados obtidos demonstram que os homens é que cobriam as despesas da relação assumindo, deste modo, o papel de provedor que lhe é atribuído nas sociedades patriarcais. Podemos aferir o afastamento da mulher do desempenho deste papel num dos depoimentos no qual Joaquina de 34 anos de idade afirma: *“Era ele claro, que pagava as despesas porque eu não tinha condições, até levava lanche de casa, mas ele tinha dinheiro porque davam na sua casa”*.

Neste e noutros depoimentos não apresentados, interessa-nos sublinhar o facto de ser o homem a pagar (prestar provisões domésticas) não só porque as mulheres não dispunham de condições financeiras, mas também – podemos até afirmar que principalmente – porque o homem é construído como provedor da família, pois até nos casos nos quais as mulheres trabalhavam e dispunham de autonomia financeira, esperavam que fosse o parceiro a fazer os pagamentos mantendo-se na posição de dependência financeira. Esta realidade reflecte um paradoxo para as mulheres, se não vejamos:

De um lado reclamam a igualdade de participação correlação ao homem, do outro aceitam a sua posição de subalterna quando o assunto são as despesas financeiras. Ou melhor, numa situação rejeitam a exclusão e noutra a aceitam sem nenhum problema. Neste caso podemos recorrer ao conceito que Biza (2007) usa para descrever o funcionamento das associações juvenis. Este autor chama de submissão estratégica o acto de submeter a uma ideologia numa situação na qual se busca atingir determinados interesses. Assim, as mulheres aceitam a superioridade masculina quando se deve cobrir as despesas da relação no contexto familiar ou fora dele.

Uma leitura estruturalista da realidade poderia conduzir a ideia reducionista de que é a estrutura sociocultural responsável pela submissão da mulher, ignorando a sua capacidade de construção e

influenciação delas no contexto social mais amplo. Contudo, tendo, nós, assumido o quadro teórico fenomenológico valorizamos a intencionalidade da consciência, pelo que o que pode parecer como uma imposição aparece para nós como uma acção deliberada, ou melhor, racionalmente construída. Berger e Luckmann (2004), afirmam que os indivíduos podem muito bem aderir a determinadas ideologias com o objectivo de satisfazer determinados interesses. Seja por isso que as nossas entrevistadas não questionam a superioridade masculina quando for para financiar e prover a relação as condições básicas.

Não obstante, a realidade não é homogénea, a forma como ela é construída também não o é. Com as mesmas condições (autonomia financeira), nas mesmas situações (relação de namoro), as mulheres podem agir de diferentes maneiras. É o que acontece no caso de algumas mulheres que também vivenciaram relações de participação desigual que afirmam que eram elas que custeavam as despesas dentro da relação de namoro, como podemos observar a partir do depoimento seguinte:

“Ele nunca custeava as minhas despesas. Eu custeava minhas despesas, fazia rancho para os meus pais, pagava minha escola, tinha um nível de vida de luxo” (Joana de 30 anos de idade)

Se até os anos 50 e 60 era difícil encontrar mulheres participando no mercado de trabalho, o mesmo não podemos dizer dos dias presentes nos quais, de acordo com Hoffmann e Leone (2004), cresce o número de presença feminina no mercado de trabalho. Assim, ainda nas primeiras relações algumas entrevistadas já tinha independência financeira e não esperavam de seus parceiros para cobrir as despesas financeiras.

Esta situação de independência e autonomia financeira e não participação na tomada de decisão leva-nos a problematização de algumas perspectivas economicista que vêm na dependência financeira o principal factor da submissão feminina a dominação masculina. O caso do depoimento anterior dá o cheque- mate nessa perspectiva, na medida em que uma jovem com independência financeira continua vivenciando uma relação desigual. Neste sentido, somos levados a nos aproximar da abordagem de autores como Macia (2013), que defendem que mesmo que garantam uma igualdade na participação no mercado de trabalho, enquanto não desenraizarem as estruturas patriarcais esta relação de desigualdade permanecerá, pois está imbuída mais de factores culturais do que económicos.

Os dados discutidos nesta secção dizem respeito a interpretação da realidade na qual o homem e a mulher vivenciam uma relação de namoro caracterizada pela desigualdade no que diz respeito a participação na tomada de decisão entre os namorados. As jovens mulheres demonstram que as mulheres vêm assumindo posições críticas quanto a sua exclusão da tomada de posição na sua relação com seus parceiros, contudo, conservam ou manipulam a consciência do papel do homem como provedor.

4.2.2. Relações de namoro de participação igualitária

Deixamos esta categoria para o segundo plano pelo facto de reflectir um segundo estágio das transformações sofridas pelas sociedade, pois, se na fase inicial as relações de género basearam-se na desigualdade entre homem e mulher, nos últimos tempos estas desigualdades tendem a ser menos acentuada tomando um sentido no qual as responsabilidades do homem e mulher vão se tornando cada vez mais igualitárias. A categoria que discutimos nesta secção reflecte aquelas situações de mulheres que nas experiências passadas vivenciaram relações de namoro igualitárias.

Vejamos como os depoimentos seguintes demonstram como igualitárias foram algumas das relações das jovens entrevistadas:

“Nós os dois desde sempre fomos muito amigos e a dor de um é também a dor do outro. Decidimos sempre juntos e ninguém fazia o que quisesse e como quisesse” (Geninha de 25 anos)

“Ambos decidimos porque nós não éramos daquele tipo de que isso tem que ser assim. Supomos quando ele dizia que temos que nos encontrar as 20 horas, eu dizia não, isso não pode ser assim porque essa hora minha mãe está em casa a descansar. Ele concordava. Tudo era assim, nós falamos e conversávamos antes de tomar decisão e respeitávamos o que cada um dizia” (Laura de 27 anos de idade)

Observamos nestes depoimentos que as entrevistadas reconhecem que vivenciavam relações de namoro nas quais tinham mesmo espaço de decisão com relação ao seu parceiro. Estas formas de relação igualitária tornam-se cada vez mais comuns nas sociedades contemporâneas com as conquistas que as mulheres vêm alcançando na sua luta pela igualdade de género. Ao invés de

estas passarem por imposição de decisões por parte dos seus parceiros experimentam um relacionamento dialógico no qual são ouvidas e valorizadas as suas experiências.

As entrevistadas auto-construíram-se em função do valor de participação igualitária na relação no momento quais em que sentiam uma determinada tendência a imposição por parte do seu parceiro, como podemos aferir a partir do depoimento seguinte:

“Me sentia mal porque eu gostava de fazer coisas que me faziam sentir bem na minha saída. Ele queria que pusesse a roupa que ele queria. Mas eu dizia que ele não mandava em mim. Isto me deixava muito mal e zangada com ele” (Laura de 27 anos de idade)

Observamos, a partir deste depoimento que as jovens mulheres já assumiam nas suas primeiras relações atitudes de concretização da sua autonomia. Touraine (1994) afirma que as mulheres ao se construírem como actoras defendem valores como independência, autonomia, rejeitando qualquer forma de imposição. A sua subjectividade é, hoje, baseada nesses valores que quando experimentam realidades contrárias sentem-se ameaçadas.

Não podemos deixar de afirmar que estas são novas formas de estar e ser adoptadas pelas mulheres, visto que, não mais legitimam, consciente ou inconscientemente a dominação masculina. Recordemos que Bourdieu (2001) já tinha apontado que todas as práticas adoptadas pelas mulheres dentro do campo familiar só serviam para legitimar a estrutura de dominação, mesmo aquelas que adoptavam com vista a conquista de certa autonomia. Os dados em análise mostram que as mulheres tomam dianteira na subversão da dominação masculina.

Do mesmo modo que observamos nos casais nos quais as mulheres eram excluídas da tomada de decisão, nesta categoria identificamos também duas situações quanto a participação financeira da mulher nas despesas da relação. Isto é, numa situação a mulher era quem pagava as despesas enquanto noutra o homem é quem pagava, como podemos aferir a partir dos dois depoimentos a seguir:

“Era eu porque eu na altura era economicamente estável, eu não passava fome, mas ele passava fome. Eu tinha uma mesada dos meus pais, eu dividia a minha mesada com ele e pagava as contas” (Clarinda de 28 anos de idade)

“Era ele porque eu na altura não trabalhava, só fazia biscates” (Laura de 27 anos de idade)

No primeiro depoimento podemos observar que a mulher é que pagava as contas, uma vez que, o seu parceiro não tinha condições. O mesmo acontece no segundo depoimento, contudo, aqui é o homem quem pagava. Nas duas situações a falta de condições de um dos parceiros constitui razão para que não houvesse participação nas despesas da relação. De acordo com Fischer (2002), é normal que hoje sejam as mulheres a cobrirem as despesas de uma relação, pois o papel de provedor não é só reservado para os homens como acontecia em tempo passados.

Para a autora, o acto de participar nas despesas de uma relação conjugal ou de namoro reflecte mais do que a necessidade de igualar-se ao homem como uma obrigação assumida. Este acto é também visto como um meio que a mulher encontra de demonstrar o seu poder ou de demonstrar a nova posição que ocupa dentro da relação. Questionamos uma das entrevistadas o porque de cobrir as despesas do seu parceiro, pelo que nos foi dito que tratasse de uma situação normal nas qual a mulher assume-se também como responsável pela relação e não esperar apenas no seu parceiro.

Os dados discutidos nesta secção demonstram que as jovens mulheres vivenciaram e encontraram, mesmo nas primeiras relações de namoro que tiveram, um relacionamento nos quais tinham espaços de participação, pelo que participam na tomada de decisão, assim como na cobertura de despesas da relação. Nas relações nas quais era o homem a pagar as despesas, vemos que a ausência de condições financeira é que faz com que a mulher não pague e seja excluída do desempenho deste papel social.

4.3. Modelos de famílias projectados pelas jovens

Anteriormente analisamos as experiências de namoro vivenciada pelas mulheres nas relações anteriores, no que diz respeito a sua participação na tomada de decisões e na cobertura das despesas da relação. Neste subcapítulo analisamos os dados referentes ao modelo de família que as jovens mulheres entrevistadas construía antes de começarem a viver maritalmente ou de se casarem. Os dados analisados revelam que todas as jovens constroem um modelo de família igualitário no que tange a relação entre os cônjuges. Nas próximas linhas discutimos a construção deste modelo.

4.3.1. Família nuclear baseada em relações igualitárias

Interpretamos nesta secção dados referentes ao modelo de família projectado pelas mulheres, jovens sendo que os dados recolhidos revelam que família composta por pai, mãe e filho é a apontada por estas como sendo o que tinham projectado. Assim, observa-se que as entrevistadas tinham o sonho de construir uma família nuclear na qual viveriam com seus filhos e seu marido.

As jovens afirmam de uma forma geral, que a família que tinham projectado seria um campo no qual a mulher teria uma participação equitativa ou significativa correlação ao seu parceiro, como podemos verificar nos depoimentos seguintes:

“Eu tinha que participar bem porque em tudo que ele podia querer fazer tinha que me consultar antes de decidir” (Hermenegilda de 28 anos de idade)

“Tinha que participar em todas as questões da família do mesmo nível que o homem” (Tininha de 28 anos de idade)

Independentemente das formas de relação de namoro vivenciadas nas experiências passadas ou iniciais – de igualdade ou não com relação ao seu parceiro – as jovens entrevistadas tinham projectado, para as suas vidas, a construção de uma família cuja sua participação deveria reflectir-se em todo os planos de vida quotidiana em que deveria ser igual a do seu parceiro. Tomando em consideração os dados referentes às experiências passadas de relacionamento de namoro, podemos afirmar que, enquanto nalguns casos tratava-se de uma continuidade, noutra tratava-se de uma mudança, ora vejamos.

Nos casos, nos quais verificamos que as entrevistadas tinham passado uma forma de relacionamento igualitária, a construção de um modelo de família no qual a mulher deveria ter uma participação igual a do seu parceiro resulta dessas experiência contínua do que vinha vivenciando. Deste modo, essas experiências oferecem as mulheres o que Schutz (1979) designa de estoque de conhecimento, como sendo a informação com base na qual constroem a realidade seja presente ou mesmo futura.

Já, para os casos em que verificamos que as entrevistadas vivenciaram uma forma de relacionamento desigual quanto a participação na relação, viu-se que a construção de um modelo de família no qual a mulher deveria ter uma participação igual a do seu parceiro reflecte a projecção de uma realidade que rompia com a relação das relações de namoro passadas. Este posicionamento reflecte a capacidade reflexiva das jovens mulheres na medida em que, apesar de terem vivenciado relações nas quais não participavam, projectam forma de vida diferente.

No subcapítulo passado discutimos a questão da participação igualitária tendo como pontos-chaves a tomada de decisão e despesas da família. Neste, procuramos explorar estes dois aspectos dentro do modelo de família construído pelo que obtivemos os seguintes pronunciamentos:

“Os dois porque todos temos que trabalhar porque, nem tudo, o homem vai conseguir cobrir, temos que nos ajudar porque a vida está difícil. Teria que cobrir minhas despesas, comprar alimento” (Joaquina de 30 anos de idade)

“Nós os dois tínhamos que participar das despesas da família. Eu trabalhar e eu também” (Eva de 32 anos de idade)

“Tinha que concordar. Cada uma tinha que expor a sua ideia e chegarmos a um consenso” (Joaquina de 30 de idade)

“Nós tínhamos que pensar de forma colectiva porque temos cada um sua ideia que deveriam ser valorizadas para podermos construir planos para a construção da nossa família” (Eva de 32 anos de idade)

Nestes depoimentos vemos como é que as jovens mulheres constroem os seus papéis dentro da família que projectavam construir. Fazendo uma descrição com base nos elementos que podemos encontrar nos dados obtidos, podemos afirmar que o papel da mulher implica a participação no que diz respeito aos custos de manutenção da casa, ter um trabalho como fonte de rendimento, tomar de decisão, contribuir para a construção e materialização da família.

A inclusão destes elementos no papel a ser desempenhado pelas mulheres dentro do campo familiar é característica das sociedades contemporâneas caracterizadas pela prevalência dos princípios da modernidade, como a autonomia. De acordo com Biasoli-Alves (2000), a

modernidade definiu-se em oposição a muitas características do passado, como é caso da dominação masculina face a exclusão da mulher.

De acordo com o autor, “como parte inerente dessas sociedades, a instituição familiar vem sofrendo grandes modificações, interpretadas, ingenuamente, como “crise”, como se em algum outro período, a família tivesse sido essencialmente estável na sua estrutura e nos papéis desempenhados por adultos homens e mulheres, jovens e crianças”. (Biasoli-Alves, 2000, p. 233)

Dois aspectos devem ser comentados dentro desta realidade. No primeiro, nos referimos a superação da ideia de que a mulher reduz-se aos cuidados domésticos, visto que, a participação nas despesas da casa só é possível porque estas encontram-se inseridas no mercado de trabalho onde encontram recursos financeiros. No segundo, nos referimos ao facto destes dados demonstrarem o carácter sociocultural do papel que atribui-se a mulher, ou seja, a sua desnaturalização.

Berger e Luckmann (2004) afirmam que a realidade social se naturaliza ao ponto dos actores assumirem como natural e que não pode ser modificado. Neste sentido, a sua desnaturalização refere-se ao reconhecimento da possibilidade de reconstrução da realidade por parte do homem. Assim, as entrevistadas constroem o seu papel e procuram materializar no seu quotidiano, enfrentando oposição de quem procura mante-las na posição de excluída e de inferioridade.

Um terceiro elemento analisado é a posição da mulher dentro do modelo de família projectado. Referimo-nos a forma como este papel deve ser desempenhando quanto ao grau de autonomia feminina. De acordo com os dados, as mulheres reivindicam um certo grau de autonomia:

“Eu tenho que decidir sobre a minha vida sexual, meus gostos e nunca gostei de sair. Ele só pode dar opinião porque também decido sobre o meu dinheiro. O que podia fazer era participar das despesas” (Tininha de 28 anos de idade)

“O homem não pode fazer uma escolha para mim. Eu tenho que me sentir livre e tenho que decidir. Não gestão do dinheiro eu cuido do meu dinheiro. Não pode escolher amizades para mim, cada um com seus amigos” (Joaninha de 34 anos de idade)

Com base nestes dois depoimentos que representam todas entrevistadas, uma vez que, assumiram a posição que estas defendem o da necessidade de ter um espaço de liberdade no qual podem

tomar suas próprias decisões em aspectos particulares da sua vida como relação sexual, gostos, amizades, gestão do dinheiro próprio etc. Fazendo uma observação no que diz respeito a relação sexual, podemos afirmar que a capacidade de decidir por si reflecte uma exigência relevante no âmbito das conquistas femininas no que diz respeito a sexualidade.

Foucault (1988) mostrou na sua reflexão sobre a sexualidade feminina, que esta assentava num discurso dentro do qual todos os elementos encontravam-se pormenorizadamente definidos de modo a limitar e controlar as mulheres. Bourdieu (2001) afirmou que a mulher era visto como fonte de prazer do homem que deveria servir as vontades sem reservas. A socialização era o meio pelo qual as mulheres assumiam e interiorizavam este modelos de comportamento. É contra esta realidade que elas lutam quando afirmam que o homem não tem direito e nem deve impor decisões nas suas escolhas.

Como vimos, para um subconjunto das mulheres entrevistadas, estas aspirações foram construídas numa trajectória onde encontramos relacionamentos de namoro onde a autonomia não existia, entretanto, para outra franja, esta realidade não é nova, uma vez que, desde os seus primeiros relacionamentos já cultivavam uma forma de relacionamento cuja participação era igualitária porque ombreavam de certa forma com o parceiro e as escolhas eram feitas de forma autónoma. É neste sentido que a modernidade é apontada como uma realidade na qual a mulher é vista como autora que age de forma autónoma e promove mudanças na realidade dentro da qual se encontra inserida.

É importante não nos esquecermos que os dados analisados nesta secção reflectem uma construção de si que se pretendia efectivar, pelo que a sua materialização não é automática, antes esta sujeita a influencia dos recursos dos quais a mulher dispõem, assim como das capacidade de manipular estes recursos no seu quotidiano que a tornam proactiva para impor inequivocamente o seu papel na sociedade em que esta inserida. Contudo, este modelo funciona como uma tipificação para recorrer ao termos proposto por Schutz (1979), que oferece um conjunto de informação a partir dos quais as mulheres orientam as suas acções.

De uma forma geral, vimos que independentemente de as experiências passadas de namoro terem sido caracterizadas pela igualdade ou desigualdade na participação dentro da relação, as mulheres projectaram a sua família de modo a terem espaços de exercício da sua autonomia,

assim como de participação igual com relação ao seu parceiro, o que revela uma nova forma de estar e ser num contexto caótico onde predominava a dominação masculina e a instrumentalização da mulher.

4.4. Materialização do modelo de família construído

Seguindo a nossa lógica de análise e interpretação dos dados chegamos a um terceiro momento no qual incidimos sobre as estratégias adoptadas pelas mulheres de modo a materializar o modelo de família conveniente com o estatus que a mulher pretende no panorama contemporâneo de grande associativismo da mulher. Os dados obtidos permitem identificar duas categorias de estratégias de modo a materializarem o modelo de família por elas construído: recurso ao diálogo e satisfação dos desejos do parceiro. A seguir passamos a retratar cada uma dessas categorias.

4.4.1. Recurso ao diálogo

Começamos a discussão das estratégias de materialização do modelo de família com esta que refere-se ao uso do diálogo entre parceiros. Porém, antes de interpretarmos os dados referentes a estas estratégias importa afirmar que dentro deste grupo encontramos unicamente jovens que afirmaram que o nível de construção do modelo de família ideal faz com que tenham a percepção de que a sua situação actual é positiva, pois os aspectos referentes a participação no processo de tomada de decisão, a participação nas despesas da casa, a autonomia nas suas escolhas estão sendo devidamente conseguidas, respeitadas, ou pelo menos apresentam-se em níveis que permitem as mulheres sentirem-se realizadas.

Diante desta realidade, importa aprofundar o diálogo como a estratégia usada por estas mulheres para que os aspectos apontados anteriormente se materializassem dentro da relação e continuem a ser – até o momento da realização deste estudo – as suas características fundamentais. Podemos observar a seguir nas próprias palavras das entrevistadas como esta estratégia é materializada:

“Eu procuro escutar, analisar e questionar de bom-tom de modo a termos uma relação amigavelmente para quando criticar ele não zangar” (Geninha de 31 anos de idade)

“Sempre procurei ser amiga do meu marido. Quando quero sair informo a ele vou para onde, há que horas hei-de voltar. Temos que mostrar respeito na relação porque se não conversar não vamos nos entender, até chegar o ponto de discutirmos. Mas, ele entende” (Eva de 25 anos de idade)

A partir destes depoimentos podemos observar como o desejo de construir uma família na qual encontrar-se-ia espaço de participação orientou as mulheres no sentido de procurarem materializar esta construção, servindo como estoque de conhecimento para a orientação das acções dentro da família. Estes casos reflectem aqueles nos quais a mulher não encontrou nenhuma resistência por parte do seu parceiro no sentido de construir a família com base nos valores de igualdade entre os cônjuges.

Podemos verificar no segundo depoimento quando a autora afirma “ele entende”, o que revela que a participação da mulher é uma realidade objectivada que é aceite por todos e serve de base para orientar as acções dentro da relação conjugal. De acordo com Berger e Luckmann (2004), a realidade objectiva-se quando pelo menos dois indivíduos aceitam como base e obrigação para a orientação das suas acções relações. Deste modo, o facto do parceiro “entender” – para usar o termo usado pela entrevistada – reflecte o carácter objectivado da relação.

Este entendimento por parte do parceiro demonstra que os próprios homens já passam aceitar a nova postura assumida pelas mulheres, de modo a não mostrarem resistência. Esta posição que a jovem entrevistada afirma como sendo aquela assumida pelo parceiro diante do seu comportamento no sentido de buscar participação é que facilita o recurso ao diálogo como o meio pelo qual a mulher está a construir uma família do jeito que tinha projectado.

O diálogo é visto também como um meio de evitar que situações nas quais possa haver uma desavença entre os cônjuges ocorram. Habermas (2007) afirma que o diálogo constitui um meio pelo qual os indivíduos reconhecem-se uns aos outros como sujeitos com capacidades de decidir e construir um projecto de vida próprio. É este poder do diálogo que faz com que as relações intra-familiares não desemboquem em situações de conflitos como em outras família nas quais as mulheres procura ganhar a sua autonomia e participar.

Santiago et al (s.d) Apontou no seu estudo que embora esteja a crescer e a se expandir a consciência da igualdade entre homens e mulher e o reconhecimento do direito desta participar nos diferentes espaços das sociedades, ainda podemos encontrar, com alguma facilidade, relações conjugais conflituosas pelo facto do homem rejeitar ceder as exigência impostas pelos novos papéis que vêm sendo desempenhado pelas mulheres. Esta imposição é normal se seguir a lógica do funcionamento de um campo sob ponto de vista bourdieuniano.

Procuramos saber junto das mulheres jovens entrevistadas sobre a sua reacção nas circunstâncias em que encontram alguma resistência por parte do seu parceiro no sentido de aceitar as suas ideias, o seu nível de autonomia, pelo que estas afirmaram que ainda não tiveram de lidar com estas circunstâncias, sendo que os dois elementos que apontamos anteriormente concorrem para esta ausência. Referimos a aceitação do parceiro da posição assumida pela mulher e o diálogo como facilitador do entendimento.

Entretanto ao olharmos para o segundo depoimento no qual a autora aponta oitem “escutar”, “analisar” e depois “questionar” para que se construa uma família na qual a mulher possa participar. É importante realçar que as autoras dos depoimentos em análise fazem parte daquele grupo de mulheres que no passado vivenciaram relações de namoro caracterizadas pela igualdade entre os parceiros, o que mostra que o diálogo sempre foi um elemento presente na sua generalidade.

4.4.2. Recurso ao agrado do parceiro

Entramos, nesta secção para a segunda estratégia aplicada pelas mulheres na procura da materialização do modelo de família projectado no que diz respeito a participação. Como procedemos na secção anterior, começamos por afirmar que as jovens entrevistadas que enquadram-se nesta categoria em discussão afirmaram que o modelo de família que projectaram não se materializou em grande parte, sendo que ainda vivencia uma relação desigual.

Como estratégia de materialização do modelo de família projectado, as interlocutoras afirmaram que procuram agradar o seu marido em aspectos como alimentação, relações sexuais, como podemos aferir no depoimento que se segue:

“Procuro agradar o meu parceiro. Faço uma comida boa, danço um estripe para o meu marido. Procuro lhe satisfazer na cama para que ele também satisfaça as minhas vontades” (Joana de 26 anos de idade)

Este depoimento revela a percepção da entrevistada segundo a qual aponta-se que para que o parceiro satisfaça as suas vontades é preciso que ela também satisfaça as vontades dele. Esta forma de pensar reflecte a reprodução de um adágio popular segundo o qual o homem é satisfeito na cama e na barriga, como reconhece a entrevistada ao afirmar numa outra intervenção que *“é uma questão de se garantir na cama e na cozinha”*. De acordo com Berger e Luckmann (2004), as pessoas constroem ditados populares como forma de legitimar um determinado conhecimento e garantir que este seja interiorizado pelos outros, na medida em que concebem como válido.

Deste modo, esse princípio funciona como base que as interlocutoras entram na sociedade, interiorizam de modo a orientar as suas práticas dentro da relação familiar. Agradar sexualmente e participar na provisão alimentar dentro de casa é uma estratégia que funciona, seguindo a lógica de Bourdieu (2001), implicitamente como um meio de legitimar. O quê é só recordar que este autor já tinha apontado que a mulher cabia, dentre outras funções, as de cuidar das questões da casa como cozinhar, servir sexualmente o seu parceiro e satisfazer as suas vontades.

Deste modo, as mulheres ao procurarem agradar o seu parceiro por meio da alimentação e da satisfação sexual não estão a fazer nada mais do que orientar-se de acordo com os princípios da sociedade patriarcal. Vemos a existência de um desfasamento entre o que se construiu como modelo de família e a realidade concreta, pelo que as jovens entrevistadas desta categoria vivenciam situações nas quais mesmo depois da operacionalização dessas estratégias de inclusão os seus parceiros mostram-se resistentes quanto ao ceder a sua vontade de participar dentro da relação.

De acordo com os dados, estas mulheres limitam-se ao conformismo quando os seus parceiros negam ceder as suas exigências, como podemos verificar no depoimento seguinte:

“Quando vejo que ele está a negar mesmo depois de eu insistir me conformo para não me desentender com ele. Não posso fazer nada, também já habituei” (Joana de 26 anos de idade)

O conformismo da mulher foi um dos factores que caracterizou durante muito tempo as sociedades patriarcais quanto a posição ocupada pela mulher dentro do campo familiar e continua caracterizando, como comprova o depoimento anterior. Fizemos referência anteriormente ao facto de encontrarmos ainda homens cujo posicionamento reflecte a rejeição da participação da mulher e sua autonomia como forma de autocontrolo da relação, o que é reforçado pela existência de mulher cuja posição permite o homem ocupar lugar de superioridade.

Do mesmo modo que na relação anterior afirmamos que a aceitação da participação da mulher é uma realidade já objectivada, podemos afirmar também para este caso, visto que, de um lado a entrevistada afirma que está perante um parceiro que nega a sua participação e do outro está ela mesma que ao fim ao cabo acaba por se conformar a essa negação. Seria interessante num outro estudo aprofundar a forma como o homem se impõe nessas circunstâncias – este aspecto não tem espaço neste trabalho que se limita a perspectiva da mulher.

A autora do depoimento em análise faz parte daquele grupo de interlocutoras que afirmaram que no passado vivenciaram relações de namoro caracterizadas pela desigualdade com relação ao seu parceiro. Neste sentido, podemos dizer que esta mulher está a vivenciar uma continuidade quanto as relações de género dentro de seu relacionamento. Se nas primeiras relações a falta de experiência foi motivo para que se conformasse a superioridade do seu parceiro, o mesmo não acontece dentro da sua relação presente.

O conformismo deriva da ideia fatalista segundo a qual nada pode ser feito para inverter a situação. Neste sentido, a entrevistada não só assumiu a sua posições de inferioridade, a naturalizou, o que faz conduziu a uma situação fatalista. Ou melhor, a jovem encontram-se no que Freire (2001) designa de situação limite na qual os indivíduos não encontram nenhuma alternativa acabando por resignar.

Contudo, o facto de esta mulher ter construído e projectado um modelo de família no qual teria autonomia e participação na tomada de decisão e despesas da casa revela que a nível da consciência ocorre uma transformação, faltando apenas a sua materialização. É neste sentido que Schutz (1979) afirma que os significados atribuídos a realidade pode ser transformada em função da situação temporal da acção, isto é, enquanto passado, presente e futuro.

Enquanto futuro as mulher concebiam uma família de relações igualitária, mas enquanto presente as mulheres vivenciam uma relação ainda desigual. Enquanto futuro, esta jovem concebia a possibilidade de construir uma família baseada na igualdade, mas no presente essas possibilidades são todas reduzidas a nada. Nesta ordem de ideias, podemos dizer que o modelo de família igualitário permanece como utopia, isto é, como uma realidade utópica a ser materializada, pois esta jovem não participa de forma autónoma e igualitária, pois encontra a resistência do parceiro.

Para fecharmos o debate desta categoria de estratégias de materialização do modelo de família podemos afirmar que o facto de a jovem mulher autora dos depoimentos analisados nesta secção, ter vivenciado relações de namoro com diferenças flagrantes nas experiências passada faz com que facilmente se conformem com a sua falta de autonomia nas suas escolhas e consequentemente na participação em questões familiares. É este o sintagma dito pela entrevistada que reforça a nossa interpretação, sobretudo ao referir-se parafraseando as palavras delas “habituei-me”.

Considerações finais

Neste trabalho dedicamos ao estudo de família constituídas por mulheres jovens no sentido de analisar e interpretar os meios empregues por estas para construir espaços nos quais podem agir de forma autónoma e participar na sua relação conjugal. Neste sentido, recolhemos dados junto de mulheres jovens que nos possibilitaram chegar algumas inferências com base nas quais demonstramos ter atingido os nossos objectivos e testado a nossa hipótese. De uma forma específica a interpretação dos dados conduziu-nos a corroboração da hipótese segundo a qual o facto de as mulheres vivenciarem nas suas relações de namoro experiência de maior ou menor autonomia e participação na relação, influencia na forma como elas projectam e constroem os espaços de exercício de autonomia e participação na relação conjugal.

Neste, trabalhamos com mulheres com níveis básico até o ensino superior de escolaridade. Estas encontram-se maioritariamente na situação de união de facto. Parte considerável das jovens tem formação profissional e se dedicam principalmente nas actividades administrativas, vendas de medicamentos nas farmácias, o ensino das crianças nas escolinhas, no tratamento de cabelos. As outras dedicam-se às actividades domésticas.

Observamos que dentre as jovens entrevistadas existem aquelas que vivenciaram relações de namoro nas quais a sua autonomia era limitada e não participavam na tomada de decisões no namoro. Estas mulheres alegam que a violência física perpetrada pelos seus parceiros e sua inexperiência foram razões das limitações vivenciadas, por um lado. Por outro lado, existem mulheres que vivenciaram relações de namoro igualitárias quanto a participação na tomada de decisão, assim como gozavam de certa autonomia nas suas acções. Nestas relações a conversa e o entendimento mútuo são princípios que permitem a construção de uma relação baseada na igualdade. Contudo, tanto numa como noutra forma de relação encontramos mulheres que participam, assim como não nas despesas da relação.

Quanto ao modelo de família projectado, constatamos que independentemente da natureza das relações de namoro anteriores as mulheres jovens engajam-se e adoptam um modelo de família no qual vivenciarão uma equitativa participação na tomada de decisão assim como nas despesas da casa com o seu parceiro. Quanto a autonomia, estas mostraram-se uma predisposição para

defender o seu direito de tomar suas próprias decisões, fazer suas próprias escolhas, gerir seu próprio dinheiro, sem que haja qualquer forma de imposição por parte do homem.

Os dados referentes ao nível de materialização dos modelos de família projectado (família pretendida e, ou, aguardada) revelam que uma coisa é a projecção e a outra é a materialização do que se projecta, pois observamos que as mulheres que viveram relações de namoro igualitárias nas experiências passadas afirmaram ter conseguido materializar grande parte do que tinham projectado. Ao contrário, as que passaram por uma relação nada igualitária encontram dificuldades em materializar o modelo de família igualitário projectado, atravessando actualmente uma relação conjugal onde se encontram em estado de subalternas aos seus parceiros.

As estratégias encontradas para a construção de espaços de participação na tomada de decisão e no exercício da autonomia foram o diálogo entre os cônjuges e a satisfação das vontades do desejo do parceiro. Enquanto a primeira estratégia conduziu a grandes conquistas por parte das mulheres, a segunda levou a reprodução do comportamento de conformidade com relação a imposição do seu parceiro, pelo que o diálogo mostrou-se mais eficaz.

Encontrarmos mulheres que ainda conformam-se a submissão, devemos reconhecer que a interpretação dos dados permite-nos afirmar que as mulheres procuram lutar contra a dominação masculina, de modo a serem autónomas na sua forma de agir e participar equitativamente na vida familiar. Destarte, podemos reafirmar que as relações de namoro anteriores influenciam na construção de um modelo de família igualitária demonstrando a vontade de a mulher ser autónoma e participante, influenciando na sua materialização de um relacionamento onde o equilíbrio de poder é feito a base de respeito e valorização de outro importante constituinte da relação a mulher.

5. Referências bibliográficas

ABOIM, Sofia. *Emoções e rotinas: a construção da autonomia na vida conjugal*, Actas dos ateliers do Vº Congresso português de sociologia, Atelier: famílias, Sl, Sd.

ALVES, José Eustáquio Diniz e CORRÊA, Sônia. *Igualdade e desigualdade de género no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo*, Belo Horizonte: Conferência do Cairo, 2009.

ALVES-BIASOLI, Zélia Maria Mendes. *Continuidade e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX*, Psicologia: teoria e pesquisa, 2000.

ÀVILA, Fernando Bastos (P, SJ). *Pequeno enciclopédia de moral e Civismo*. 2. Ed. São Paulo, Brasil: Fename, 1972.

ANDRADE, Cláudia e SOBREIRA, Rosa. *Igualdade de Género no Exercício da Profissão de Relações Públicas: Estudo exploratório com estudantes de comunicação organizacional*. Comunicação e ciências empresariais, SL. 2003.

ANDRADE, Silvana Rodrigues de. *Para além do “teto de vidro”: o trabalho feminino e as representações do ideal de mulher executiva*. Rio de Janeiro/RJ: PPHPBC/Cpdoc/FGV, 2006.

ASSIS, Rosiane Hernandes. *A inserção da mulher no mercado de trabalho*, Coimbra 09, ISE CERES – Instituto superior de Educação Ceres, S.d.

BERGH-COLIER, Edda Van den. *Para a igualdade de género em Moçambique: um perfil das relações de género*, Edição actualizada de 2006, 2007.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*, Petrópolis, Editora Vozes, 23ª ed. 2003.

BERGER R., & KELLNER, E. *Marriage and the construction of reality*. *Diógenes*, 12, 1-24. (1964).

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. “*Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX*”, in *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. São Paulo: USP, v. 16, n. 3, Set/Dez., 2000.

BILHIM, João. *Teoria organizacional: Estruturas e processos*. 4ª ed. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005.

BIZA, Adriano Mateu. *Associação de jovens, estado e políticas em Moçambique – da herança a novos desafios*, Maputo, IESE, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*, trad. Maria Helena. 2º ed- Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

CAPURCHANDE, Rehana. *Percepções sociais relacionadas com a participação política de homens e mulheres nos órgãos de decisão*, In: TELES, Nair e BRÁS, Eugénio José (Org). *Género e direitos humanos em Moçambique*, Maputo, Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, 2009.

CICHELLI, V *La construction de l'autonomie. Parentsetjeunesadultes face aux Âétudes*, Paris, PressesUniversitaires de France, 2001.

CHIPENEMBE, Mário Judite. *Dinâmicas de género no mercado de trabalho doméstico na cidade de Maputo*, In: TELES, Nair e BRÁS, Eugénio José (Org). *Género e direitos humanos em Moçambique*, Maputo, Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, 2009.

CRUBELLATE, João Marcelo. *Participação como controle social: uma crítica das estruturas organizacionais flexíveis*, ERA eletrónica, São Paulo, 2004.

CRUZ E SILVA, T. *As redes de solidariedade como intervenientes na resolução de litígios o caso da Mafalala*. Parte IV, capítulo 22, in SOUSA SANTOS, B. e TRINDADE, J.C.2000- *Conflitos e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Centro de Estudos Africanos/ Universidade Eduardo Mondlane e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra Portugal, 2000.

FIHER, Izaura R. *A participação da mulher no orçamentos familiar*, Fundação Joaquim Nabuco – UFPE/Servico Social, 2002.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*, 13ª Ed, Rio de Janeiro, Graal, 1988.

- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.
- GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de pesquisas*. 5ª ed. São Paulo: Atlas. 2007.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4ª edição, fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro. Direito de Família*. 8. ed., rev.eatual. V. 6. São Paulo: Saraiva, 2011.
- HARBEMAS, Jurgen. *Técnica e ciência como ideologia*, Lisboa, Edições 70, 2007.
- HOFFMANN, Rodolfo e LEONE, Eugénia T. *Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda per capita no Brasil: 1981 – 2002*. Belo Horizonte, Nova Economia, 2004.
- KAMII C *Acriança e números*. Campinas: Papyrus, 1985.
- LAKATOS, E. e MARCONI, M. Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. 4ªEdição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1992.
- LOFORTE, Ana Maria. *Políticas e estratégias para a igualdade de género: constrangimentos e ambiguidades*, Maputo: Outras Vozes, 2004.
- MACIA, Manuel. “*Eu não perco tempo com blá, blá, blá..., ajo!: violência como elemento estruturante da masculinidade em sociedades africanas*, Maputo, Outras Vozes, 2013.
- MACHEL, Diana; MARQUES, Cristina e TORRES, Anália. *Trabalho, família e género, VI Congresso português de sociologia: mundos sociais, saberes e práticas*, Lisboa, 2008.
- MARCUSE, Marcuse. *A noção de progresso à luz da psicanálise*. In: *Cultura e psicanálise*. Tradução de Isabel Loureiro. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- MARIANO, Esmeralda. *A construção do corpo feminino na compreensão do conceito de género*, In: TELES, Nair e BRÁS, Eugénio José (Org). *Género e direitos humanos em Moçambique*, Maputo, Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, 2009.
- MOTTA, P. Roberto. *Gestão contemporânea: A Ciência e a Arte de ser Dirigente*. Rio de Janeiro, 1995.

MURDOCK, Roberto. *Estrutura Social* Nova Iorque, 1949.

NASCIMENTO, Arlindo Mello do. *Aspectos da transição para a vida adulta no Brasil, dos filhos adultos que residem com os pais*, segundo a Pesquisa sobre Padrões de Vida 1996-1997, Brasil, 2009.

OLIVEIRA, Elisa Rezende. *Violência doméstica e familiar contra a mulher: um cenário de subjugação do gênero feminino*, Revista do laboratório de Estudo da Violência da UNESP/Marília, 2012.

OLIVEIRA, D. de Pinho Rebouças. *Sistemas, Organizações e Métodos: Uma Abordagem Gerencial*, 15ª ed. São Paulo: Editora Atlas. 2005.

OLIVEIRA, Elisa Rezende. *Violência doméstica e familiar contra a mulher: um cenário de subjugação do gênero feminino*, Revista do laboratório de Estudo da Violência da UNESP/Marília, 2012.

PIAGET, Jean. *O julgamento moral na criança*. 2. ed. Trad. E. Lenardon. São Paulo: Summus. 1993.

ROSEN, Robert H. Anatomia de uma empresa Saudável, In: *Novas tradições nos negócios valores nobres e liderança no sec. XXI*. Org: John Renesch.- São Paulo: Cultrix. 1993.

PROTOCOLO DA SADC SOBRE GENERO E DESENVOLVIMENTO (2008)

SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. *Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio do Janeiro: Record, 2009.

SARACENO, Chiara. *Sociologia da família*. Editorial Estampa, Lda, Lisboa 1988.

SARACENO, Chiara e MALDINI, Manuela. *Sociologia da família*. 2ªedicao. Lisboa: editorial Estampa, 2003.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SELLTIZ, C. et. al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo, Herder, 1967.

TELES, Nair. *A mulher no universo dos direitos humanos*, In: TELES, Nair e BRÁS, Eugénio José (Org). *Género e direitos humanos em Moçambique*, Maputo, Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, 2009.

TOURAINÉ, Alain. *O Retorno do actor: movimentos sociais em Perspectiva*, França/Brasil, Faculdade de Educação, USP, 1994.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1992.

TVEDTEN, Inge, PAULO, Margarida e MONTSERRAT, Georgina. *Políticas de género e feminização da pobreza em Moçambique*, CMIRELATÓRIO, 2013.

VALDA, Maria. *Porque os homens e as mulheres são tão diferentes*. Editor Rio de Janeiro: 2011.

VELASCO, H. ; DÍAZ DE RADA, A. *La lógica de la investigación etnográfica. Un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela*. Madrid: Trotta, 1997.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. *Division of Mental Health. Qualitative Research for Health Programmes*. Geneva: WHA, 1994.

Anexos

Guião de entrevista

Este guião de entrevista têm como objectivo conhecer as experiências vivenciadas pelas mulheres jovens nos seus relacionamentos antes do casamento oficial ou em união de facto, incidindo sobre a forma como exerciam sua autonomia e negociavam a relação com seu parceiro. Objectivamos, ainda, identificar os modelos de família construídos por estas jovens e suas estratégias no sentido de materializar estes modelos depois de se unirem maritalmente.

I. Perfil sociodemográfico das jovens casadas ou união de facto

1. Idade
2. Nível de escolaridade
3. Formação profissional
4. Profissão
5. Ocupação
6. Naturalidade
7. Residência
8. Estado civil
9. Filhos
10. Tempo de relacionamento (relação actual)

II. Experiências em relacionamentos anteriores ao casamento ou em união facto das jovens

11. O que é para ti um relacionamento entre homem e mulher?
12. Com quantos anos começaste a namorar?
13. Quantas relações tiveste antes de se unir maritalmente ou casar?
14. Qual era a duração dessas relações?
15. Como é que chegou as primeiras relações?
16. Quem tomava as decisões nas suas relações? Justifica.

17. Quem custeava as os gastos financeiros nas suas relações que (pagar as contas, dar dinheiro ao outro)?
18. Como é que eram tomadas as decisões nas suas relações?
19. Quando queriam tomar decisões importantes sobre a relação (se ver, parar de se ver, viajar, etc) qual era o seu grau de participação)
20. Quando seu parceiro tomava a iniciativa de decidir dentro da relação como te sentias?
21. Quando ele procurava decidir sobre a sua vida (como te vestir, com quem sair, para onde ir, etc) como é que reagias? Justifique
22. O que fazias quando o seu parceiro recusava uma opinião sua sobre a vida dele?
23. Na sua opinião quem tinha mais poder de mandar na relação entre tu e o/os parceiro/os que tiveste?

III. Modelos de famílias projectadas pelas jovens

24. O que é para si uma família?
25. Como é que projectaste a família que querias ter antes de unires-te maritalmente?
26. Como é que devia ser feita a divisão de papéis com o seu companheiro?
27. Que sustentaria a família? Justifica
28. Como é que seriam tomadas as decisões no que diz respeito a vida familiar?
29. Qual seria nesse caso o nível de participação da mulher nas necessidades da família?
30. Qual seriam as possibilidades da mulher decidir e fazer escolhas sobre: (1) sua vida sexual; (2) suas amizades; (3) seus gostos; (4) suas saídas; (5) gestão do seu dinheiro.

IV. Estratégias de construção de espaços de autonomia e de negociação da relação conjugal

31. Como é que avalias a sua família actual tendo como base a família que projectavas construir?
32. Na sua família actual qual é o seu nível de participação na tomada de decisões?
33. Qual é espaço que tens de fazer suas próprias escolhas independentemente da vontade do seu parceiro?
34. O que é que fazes para garantir o seu espaço de escolha dentro da sua relação conjugal?

35. Como é que tens feito para participar na tomada de decisão na sua relação conjugal?
36. Quem decide sobre a sua vida sexual na sua relação? Justifica
37. Quando teu parceiro quer determinar a sua vida sexual, o que tens feito para escapar a essa imposição?
38. Quem tem a última palavra na tomada de decisões dentro da sua relação com seu parceiro? Justificativa
39. Quando te sentes limitada para fazer suas escolhas dentro da relação, o que tens feito?
40. O que tens feito para conseguir alcançar os seus interesses dentro da sua relação com seu parceiro?
41. O que fazes para garantir igualdade na relação com seu parceiro?